

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
BACHARELADO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

Beatriz Sampaio Miguel

A VISTA DAQUELES QUE FAZEM POLÍTICAS AMBIENTAIS:

Uma análise descritiva sobre a percepção de servidores públicos em relação às questões ambientais na região do Grande ABC Paulista

Trabalho de conclusão de curso de graduação
no Bacharelado em Políticas Públicas, na UFABC

Orientador: Prof José Raimundo Sousa Ribeiro Junior

SÃO BERNARDO DO CAMPO
2024

RESUMO

O seguinte trabalho se baseia numa pesquisa exploratória sobre a percepção de servidores públicos que trabalharam na área ambiental na Região do Grande ABC Paulista, em relação ao contexto socioambiental e políticas públicas ambientais na região. O estudo parte de uma análise descritiva de dados coletados a partir de referências bibliográficas, mapas com indicadores sistematizados em plataformas como RedeZEE, formulário online disponibilizado para os servidores que se dispuseram a participar da pesquisa e foi aprofundado por informações coletadas a partir de entrevista semi-estruturada on-line com um representante do Consórcio Intermunicipal Grande ABC da área ambiental. O estudo busca com tais dados uma maior compreensão sobre o que é entendido como problema prioritário, o que é dado como desafio, ou interpretado como limite e potenciais, assim como, levantar as percepções que influenciam as tomadas de decisões e ações desses atores.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Meio Ambiente; Políticas Ambientais; Servidor Público; Perspectivas e percepções; Contexto Socioambiental; Ciclo de Políticas Públicas; Gestão Pública

“Somos alertados o tempo todo para as consequências dessas escolhas recentes que fizemos. E se pudermos dar atenção a alguma visão que escape a essa cegueira que estamos vivendo no mundo todo, talvez ela possa abrir nossa mente para alguma cooperação entre os povos, não para salvar os outros, para salvar a nós mesmos”

(Ailton Krenak, 2020)

Sumário

Introdução.....	05
Metodologia.....	08
1. Do contexto socioambiental às políticas ambientais do Grande ABC.....	10
1.1. O contexto socioambiental e econômico do Grande ABC.....	10
1.2. Políticas Públicas Ambientais.....	28
1.3. Políticas Públicas Ambientais no Grande ABC.....	32
2. Os Servidores Públicos no Ciclo das Políticas Públicas.....	38
2.1. O papel e influência dos servidores públicos nas políticas públicas.....	38
2.2. A importância dos aspectos discursivos e de percepção para as políticas públicas....	41
3. Caracterização da percepção de servidores públicos na área ambiental do Grande ABC.....	43
3.1. Trajetória com a temática ambiental: Motivações e Barreiras.....	44
3.2. Problemáticas e demandas ambientais prioritárias na região.....	49
3.3. Potenciais para as políticas ambientais na região.....	53
Conclusão.....	57
ANEXO I - Roteiro das entrevistas	
Bibliografia	

INTRODUÇÃO

A crise socioambiental que aflige o globo e o Brasil em diferentes escalas, ameaça o bem-estar dos seres vivos e os direitos constitucionais de cidadãos brasileiros. Os níveis alarmantes de poluição, a ameaça da emergência climática, o aumento do número de espécies em extinção, a perda da biodiversidade, os riscos à produção de alimentos em nível e qualidade adequada e tantos outros indícios que podem ser observados no meio, reforçam a necessidade de tomada de ações e demandam por políticas públicas ambientais.

Os dados atuais indicam diversos problemas comuns da sociedade relacionados à questão ambiental. Em 2019, uma em cada seis mortes em todo mundo estava ligada à poluição (The Lancet Planetary Health, 2022); só no Brasil, as mortes em decorrência da poluição aumentaram em 14% num período de dez anos (Ministério da Saúde, 2018). Segundo o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, 2023), a alta tendência do aumento de temperatura da superfície do globo em 1,5°C até 2040 implica em um nível alto de riscos detectáveis, significantes e difundidos, como estresses hídricos, chuvas extremas e inundações - cada 1°C de aumento na temperatura faz com que, em média, 7% da população mundial perca 20% da água potável disponível (IPCC). Recentemente, o Brasil registrou eventos drásticos, como as chuvas intensas no Rio Grande do Sul, que deixou milhares de pessoas desalojadas e registros de desaparecidos e mortos; e em 2023, no litoral norte em São Paulo, após chuvas intensas, deslizamentos e pessoas desabrigadas, as cidades enfrentaram caso de calamidade pública.

Além desses eventos de impactos socioambientais negativos extremos, há as cidades como na Região Metropolitana de São Paulo, que sofrem periodicamente com o risco de crises hídricas e constantemente com inundações. Em 2021 e 2022, o Sistema Cantareira, responsável pelo abastecimento de 7 milhões de pessoas por dia, chegou a ficar mais de 20% abaixo do volume considerável aceitável (CNN, 2021; G1, 2022). Mas, paralelamente à escassez de água, no período de um ano, entre 2022 e 2023, o balanço da Defesa Civil estadual de São Paulo também registrou 24 mortes e 5.000 desalojamentos após fortes chuvas.

Demandas no campo da saúde, mobilidade, assistencial, segurança, desenvolvimento e demais áreas são levantadas; reforçando a transversalidade e importância de políticas que abordem uma visão sistêmica para atender as demandas complexas do campo socioambiental.

O desenvolvimento de políticas públicas ambientais precisam considerar a complexidade do contexto, marcado pela interdependência das diferentes áreas, da necessidade de articulação entre políticas e também entre governos, dado que os efeitos e impactos ambientais, negativos ou positivos, ultrapassam fronteiras e demandam ações articuladas. O contexto urge por ações eficazes e efetivas, pela rápida adaptação das estruturas das cidades para suportar o novo contexto climático, o reforço de políticas existentes e a criação de novas políticas voltadas a proteção dos elementos naturais essenciais para a vida que compõem o meio ambiente, somada a ações planejadas para recuperar áreas degradadas e estabelecer um modo de vida harmônico com o meio ambiente e sustentável, pensadas em longo prazo.

As políticas públicas ambientais ganham papel central, porém ainda há limitações para sua plena efetividade, dado os problemas ambientais que persistem, a complexidade das demandas atuais e os recursos disponíveis. Reflexo disso se dá na criação de consórcios entre municípios para realizar políticas ambientais em parceria, como a de resíduos sólidos, uma política de competência municipal, que por ser uma ação voltada para algo que não tem fronteiras bem delimitadas e demanda recursos aquém da capacidade real de muitas cidades brasileiras, demandou novos meios para ultrapassar as barreiras impostas para ser efetuada.

Outro exemplo, se dá na Região do Grande ABC, banhada por uma riqueza ambiental hidrográfica essencial para o abastecimento público da Região Metropolitana Paulista que, apesar de ter implementado política de Áreas de Proteção e Recuperação de Mananciais com resultados positivos, ainda sofre com ameaças de degradação de tais áreas e recurso hídrico. Em estudo feito pelo Consórcio Intermunicipal Grande ABC (2022), que reúne os municípios da região para ações regionais e articulações, foi levantado o risco de ocupações irregulares em tais áreas. Na pesquisa feita com os moradores próximos dos mananciais em locais de maior vulnerabilidade ambiental foram abordados diferentes problemas por eles, como: descarte inadequado de lixo; esgoto a céu aberto ou irregular; rio/açude/lago poluído; inundação; e desmatamento. Outro aspecto importante observado, é de que um número considerável de pessoas não sabe que mora em áreas de proteção de manancial, ou qual o significado disso; o que implica no não conhecimento das atitudes essenciais para proteção dessas áreas, e na impossibilidade de identificação de certos problemas e demandas locais.

A identificação das demandas e problemas prioritários de cada território são parte essencial no ciclo de políticas públicas para a definição de ações mais eficazes e efetivas à realidade. As pesquisas, as trocas com diferentes atores e levantamentos de dados são importantes para subsidiar aqueles que formulam, implementam e monitoram as políticas públicas; dado que, aquilo que é tido como demanda, ou solução, irá guiar o dispêndio de

recursos e passos tomados por tais atores e governo. Na arena política de formulação de políticas públicas, os servidores públicos têm importante papel e grande influência; entender suas percepções e cotidiano pode ser um dos meios para iniciar a análise de quais são os limites atuais para as políticas públicas ambientais, assim como, o que tem se entendido como problema prioritário e as possíveis soluções entre aqueles que estão em constante contato com o fazer público e ciclo de políticas (Januzzi; Rodrigues, 2023)¹.

O intuito de buscar meios para proteção de direitos socioambientais e da natureza, leva a análise de políticas públicas e do contexto para dar subsídios para ações mais eficazes e efetivas. As políticas públicas e administração pública não existem sem pessoas, que perpassam e tornam possível, ou não, todo o ciclo de uma política, desde a definição de um problema, da oportunidade de agenda, formulação, implementação e acompanhamento da ação, com futuras reformulações, em um processo vivo. Logo, analisar os recursos humanos se torna parte central para o estudo das políticas públicas. Os agentes políticos exercem influência em todo o ciclo de políticas públicas e, em especial, os servidores públicos refletem no funcionamento de uma organização. Arretche, aborda como as políticas se dão num consenso entre atores após um processo de negociações e ainda reforça como pode haver mudanças do desenho de uma política para sua implementação, caso os atores envolvidos em cada etapa se alterem. Os conflitos, preferências e compromissos dos atores que participam do processo de implementação também moldam as ações efetuadas pelo governo (Lipsky, 1980, apud Arretche, 2001). Na perspectiva da nova administração, diversos autores como McGregor e Maslow (1967) estudaram a influência das pessoas no funcionamento das organizações, assim como as condições e motivações que podem por sua vez influenciar o comportamento de tais indivíduos.

Os pós-positivistas, como Frank Fischer, também olham para a importância de análises referentes às pessoas, em especial aos contextos, discursos e perspectivas que influenciam as tomadas de decisões e ações. A noção da realidade como algo socialmente construído dá enfoque a análises que abordem tais perspectivas nas ciências sociais, no qual o contexto situacional e o discurso moldam tal construção, e assim, se tornam elementos de estudo. Analisar as motivações e interpretações que dão bases para proposições políticas são uma das frentes para avaliar políticas públicas e seu campo de ação, como subsídio para futuras transformações de estruturas institucionais e práticas do fazer político (Fischer, 2005).

¹ Nexo Jornal

Diante disso, o presente estudo busca levantar os dados e descrever o contexto socioambiental atual do Grande ABC Paulista e identificar quais as perspectivas dos atores envolvidos com o fazer público, em especial aqueles servidores públicos que trabalham com políticas públicas ambientais em uma análise descritiva. O estudo também considera a característica das demandas trabalhadas nesse tipo de política, de complexidade sistêmica sem fronteiras muito bem delimitadas, que pedem por ações articuladas, e assim, se volta para o estudo de uma região com similaridades territoriais e demandas comuns entre as cidades, apesar das especificidades de cada local. A região escolhida também se destaca por já ter ações articuladas, diálogo e troca de experiências, com uma construção de conhecimento compartilhado na área ambiental, a partir de um Consórcio Intermunicipal que faz articulações multissetoriais para trabalhar questões regionais de consenso entre os municípios membros. Atualmente, cinco municípios compõem o consórcio e há grupos de trabalho que discutem diretamente temas ligados a políticas ambientais como: Meio Ambiente, Resíduos Sólidos e Educação Ambiental. Mas também recebe técnicos dos municípios em outros grupos que se articulam com a temática, como: Segurança Alimentar; Saúde; e Desenvolvimento Econômico.

Por fim, cabe destacar que a área em questão possui elementos ambientais naturais de extrema importância para o bem-estar dos seres vivos e funcionamento das cidades, como já citado anteriormente, por sua riqueza hidrográfica e de vegetação nativa.

METODOLOGIA

O estudo se deu a partir de levantamento bibliográfico e de dados em plataformas de mapeamento de indicadores socioambientais sobre contexto socioambiental da região do Grande ABC Paulista, somado a pesquisa efetuada por meio de survey online na plataforma do Google Forms com servidores públicos que trabalharam com políticas ambientais na região, com informações aprofundadas a partir de entrevista semiestruturada realizada virtualmente com servidor público da área. A pesquisa utiliza técnica de métodos mistos, com dados quantitativos complementados por qualitativos, considerando aspectos de percepção que não podem ser mensurados quantitativamente, mas descritos e analisados em conjunto com os demais dados coletados. O survey online com predominância de dados quantitativos visa buscar padrões, prevalências e indicadores a partir das percepções do público-alvo, enquanto os dados qualitativos complementam e aprofundam o estudo com novas

informações fora do campo de visão do pesquisador. O público alvo convidado a participar como voluntário da pesquisa efetuada por meio do survey se refere aos servidores públicos que já foram nomeados para grupos de trabalho ligados à temática ambiental no Consórcio do Grande ABC, que puderam também compartilhar o formulário da pesquisa com aqueles que trabalham em suas equipes nas secretarias, mesmo que não nomeados como membros dos grupos de trabalho. A pesquisa semiestruturada realizada após coleta de dados por meio de formulário para maior aprofundamento se deu com servidor representante do Consórcio Intermunicipal Grande ABC, que atuou com grupos de trabalho ligados à temática, nos processos de mediação e articulação, assim como, no desenvolvimento de políticas ambientais regionais. Tanto as perguntas disponíveis no formulário, quanto as apresentadas durante entrevista semiestruturada, estavam estruturadas em três blocos: o primeiro levantando a trajetória, capacitação, motivação e barreiras do servidor; a segunda identificando a percepção do servidor sobre os problemas e demandas da região na área ambiental; e a terceira sobre as potencialidades, possibilidades de boas práticas e perspectivas futuras.

A pesquisa bibliográfica e o levantamento de dados secundários demográficos e territoriais com foco no contexto socioambiental foram coletados em fontes como IBGE e a Rede de Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado de São Paulo. Outras fontes de dados são os documentos gerados pelos municípios e consórcio intermunicipal, como planejamento orçamentário, atas dos grupos de trabalhos ambientais e estudos socioambientais da região.

Os dados primários e secundários levantados foram sintetizados e analisados de maneira descritiva e comparativa, com a articulação entre os dados qualitativos e quantitativos, técnica de método misto (Creswell, 2007). A análise buscou os aspectos de maior predominância nas perspectivas dos servidores e possibilidades de correlações entre as cidades e contexto socioambiental. Além disso, se observou o alinhamento das visões entre os diferentes municípios que compõem o consórcio da região, levando em consideração a participação de cada cidade nos grupos de trabalho ligados ao âmbito ambiental e ações regionais.

A metodologia foi definida com base na visão pós-positivista, que aborda a relevância dos sujeitos, contextos, relações e discursos na construção das realidades e para as ciências sociais (Fischer, 2005), mas com a proposta de um estudo inicial a partir de um levantamento e análise descritiva de dados. Dentro disso, considerando o rigor técnico e metodológico científico, mas com a concepção de que a definição de um objeto de estudo e o processo de pesquisa não é um campo neutro, e sim, dado a partir das interpretações técnicas e sociais do

pesquisador, é válido apresentar aqui da onde parte o observador: uma mulher branca, que morou, estudou e trabalhou em diferentes municípios do Grande ABC; Bacharel em Ciências e Humanidades e estudante de Políticas Públicas; estagiou nos Eixos de Desenvolvimento e de Gestão Ambiental do Consórcio Intermunicipal Grande ABC e atualmente é residente em gestão pública no Núcleo de Educação Ambiental da Secretaria de Educação da Cidade de São Paulo; engajada com a temática socioambiental desde criança quando participava do movimento escoteiro. A experiência dentro do Consórcio Intermunicipal Grande ABC, registrada em cadernos de campo e relatórios de estágio, também deu base para o estudo ao relatar a importância dos servidores públicos no desenvolvimento das políticas públicas, do engajamento e capacidade técnica dos mesmos, do espaço de troca de experiências e construção de conhecimentos dentro dos diversos grupos de trabalho, assim como, as dificuldades em relação a recursos e sobrecarregamento de atividades.

1. DO CONTEXTO SOCIOAMBIENTAL ÀS POLÍTICAS AMBIENTAIS DO GRANDE ABC

1.1. O contexto socioambiental e econômico do Grande ABC

A região do Grande ABC Paulista, marcante pelo seu histórico industrial e importância no abastecimento hídrico da metrópole paulista, é formada por sete municípios, sendo eles: Diadema, Mauá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul. A região conta com uma população de 2.696.530 de habitantes, da qual 3.031 pessoas são indígenas e 165 destes são moradores de aldeias².

Tabela 1 - População Grande ABC (IBGE, 2022)

Município	População	Densidade Demográfica (hab/km²)
Diadema	393.237	12.795,69
Mauá	418.261	6.753,01
Ribeirão Pires	115.559	1.167,59
Rio Grande da Serra	44.170	1.215,43

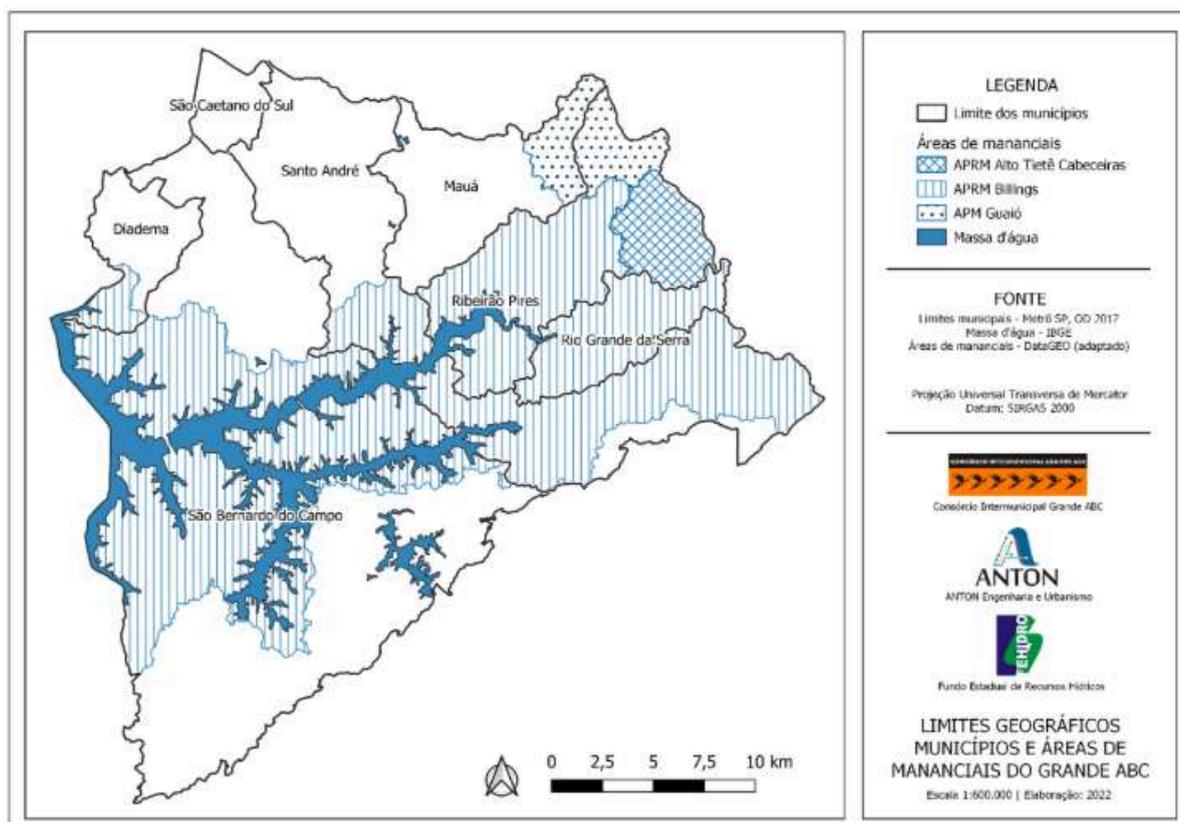
² Diário do Grande ABC, 2023; IBGE, 2022

Santo André	748.919	4.260,50
São Caetano do Sul	165.655	10.805,23
São Bernardo do Campo	810.729	1.979,65
Região Grande ABC	2.696.530	3.253,92

Fonte: IBGE, 2022; Elaboração Própria

Aproximadamente 56,4% do território da região é caracterizado como Área de Proteção e Recuperação de Mananciais (APRM), com os municípios de Rio Grande da Serra e Ribeirão Pires com 100% de seu território caracterizado como APRM e o município de São Caetano do Sul com 0% (CIGABC, 2023).

Mapa 1 - Áreas de Mananciais Região do Grande ABC



Fonte: Plano Regional de Sinalização Mananciais Grande ABC, Relatório Final (CIGABC, 2022)

O conflito entre o avanço industrial e a proteção ambiental de mananciais fez parte dessa formação histórica da região, da formação de percepções e construção de

conhecimentos; assim como, da disputa de narrativas sobre o desenvolvimento preconizado e priorizado para a região. A industrialização em seu início não considerava os riscos ambientais em seu planejamento e foi marcada por ocupações irregulares em áreas de proteção ambiental, desmatamentos, poluição do ar, da água e do solo (Ferreira, 2011).

O crescimento econômico no período de desenvolvimento industrial da região, foi acompanhado de um crescimento urbano descontrolado, com diversos impactos socioambientais negativos, como as históricas enchentes que afetam os municípios também nos dias atuais. A região, antes caracterizada por um cinturão verde, passa a ser marcada por um cinturão industrial, e mais recentemente por zonas residenciais; já os espaços ocupados pela vegetação nativa de Mata Atlântica passam a ser isolados nos parques das cidades e nas áreas de proteção de mananciais (Ferreira, 2015). Diante das demandas ambientais geradas e provocadas, novas atitudes e políticas ambientais precisaram ser pensadas, acompanhando o movimento que se dava também no restante do país e no globo de ampliação do escopo das lutas e demandas socioambientais, discutidos em encontros internacionais diplomáticos e de articulação, como conferências e a Agenda 2030.

Segundo a plataforma Adapta Brasil³, que faz um mapeamento e sistematização de dados referente às mudanças climáticas, atualmente metade dos municípios do país tem vulnerabilidade alta, ou muito alta, em relação a desastres geo-hidrológicos, como inundações e deslizamentos de terra; e um a cada quatro município com índices alarmantes para risco de secas. Na região do Grande ABC, o índice de vulnerabilidade em relação à seca é de médio para baixo; mas quanto ao Índice de Risco para inundações, enxurradas e alagamentos, a maior parte dos municípios da região está entre médio e alto risco. Em relação a deslizamentos, o índice de vulnerabilidade da região varia de médio para muito alto. A plataforma também disponibiliza o Índice de Risco de Impacto para a Chuva na Segurança Alimentar, nos quais os municípios de Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra, demonstram maior vulnerabilidade na região.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), disponibiliza os seguintes dados sobre o meio ambiente nos municípios da região:

³ Os indicadores de impacto mapeados são divididos em 8 eixos (Recursos Hídricos; Segurança Alimentar; Segurança Energética; Infraestrutura Portuária; Saúde; Desastres Hidrológicos; Infraestrutura Ferroviária; e Infraestrutura Rodoviária), que podem ser acessados na plataforma on-line: <https://sistema.adaptabrasil.mcti.gov.br/>

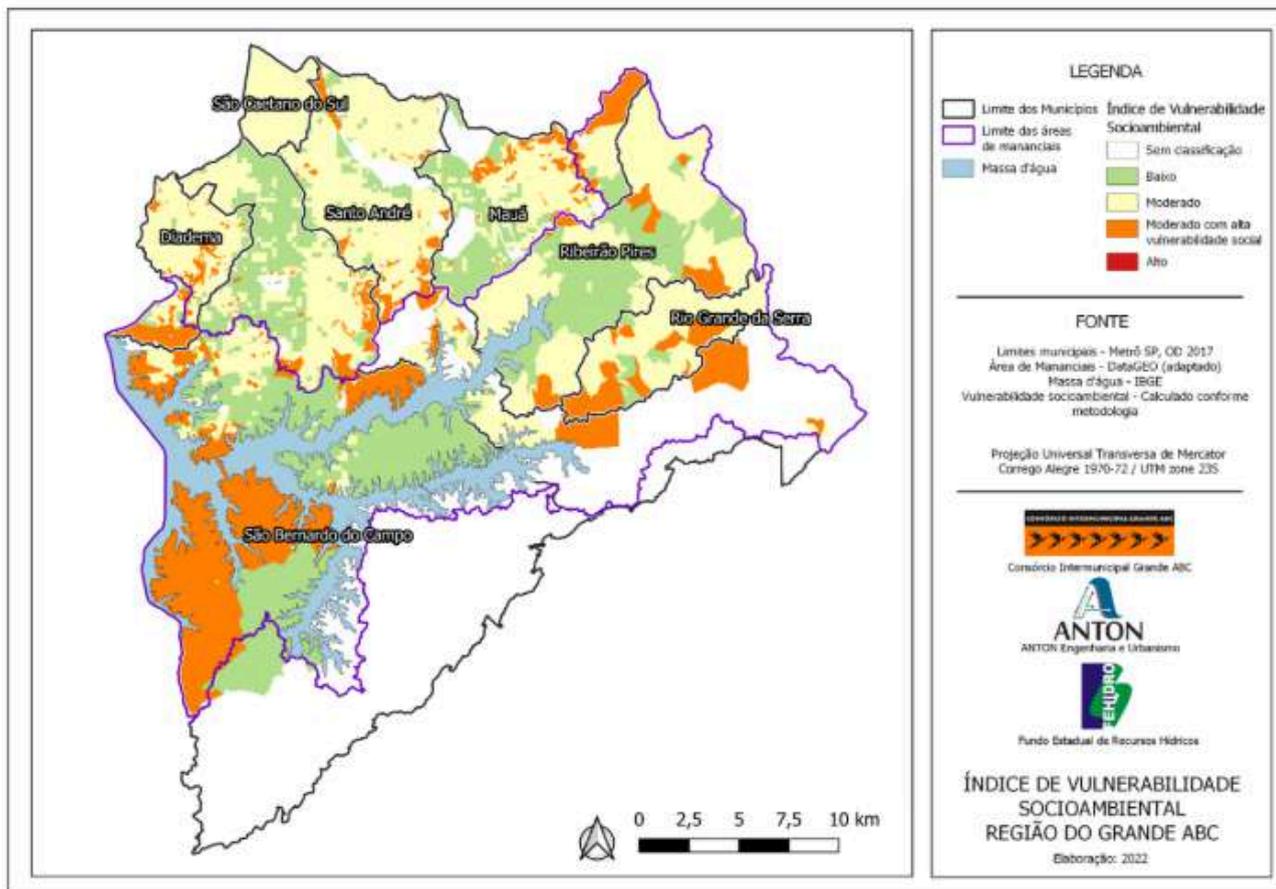
Tabela 2 - Saneamento, arborização e exposição ao risco nos Municípios (IBGE, 2010)

Municípios	Saneamento adequado	Arborização de vias públicas	População exposta ao risco (2010)
Diadema	97,4 %	76,3 %	19.949
Mauá	90,7 %	72,8 %	36.478
Ribeirão Pires	86 %	70,6 %	sem dados
Rio Grande da Serra	77,2 %	57,4 %	8.111
Santo André	95,9 %	82,2 %	96.062
São Caetano do Sul	100 %	95,4 %	sem dados
São Bernardo do Campo	91,9 %	84,1 %	127.648

Fonte: IBGE, 2010; Elaboração Própria

A média de acesso a saneamento adequado nos municípios do ABC é de mais de 90%, porém a discrepância entre alguns municípios é grande, dado o caso de Rio Grande da Serra, no qual mais de 20% da cidade não tem um saneamento adequado (IBGE, 2010), apesar de ser uma cidade com 100% do seu território em APRM. Quanto à arborização das vias urbanas, a média cai para aproximadamente 77%, e olhando individualmente para cada município, Rio Grande da Serra não alcançou 60%. Porém, a última atualização de tais dados pelo IBGE data de 2010, e no caso dos indicadores sobre população em risco nem todos os municípios têm dados para análise, dificultando o diagnóstico e elaboração de ações mais fidedignas à realidade atual. A partir de estudo promovido pelo Consórcio Intermunicipal Grande ABC, em 2022 diversos dados da região sobre uso e ocupação do solo foram coletados e sistematizados, com o mapeamento de um índice de vulnerabilidade socioambiental, com pontos mais críticos em áreas de proteção ambiental com risco de ocupações urbanas irregulares e em áreas de baixa cobertura vegetal (CIGABC, 2022):

Mapa 2 - Vulnerabilidade Socioambiental Grande ABC

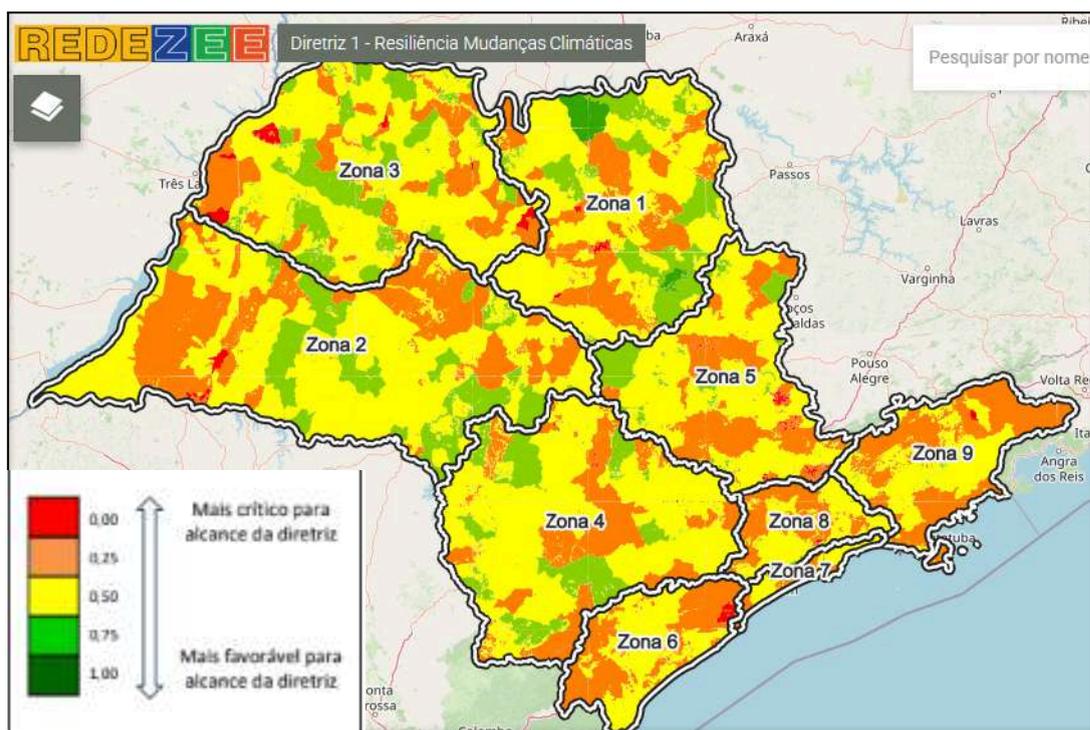


Fonte: Plano Regional de Sinalização Mananciais Grande ABC, Relatório Final (CIGABC, 2022)

A Rede ZEE⁴, parte do instrumento de planejamento e gestão do território de Zoneamento Ecológico-Econômico do estado de São Paulo, é outra plataforma com dados para subsidiar políticas públicas, visando um planejamento territorial estratégico para desenvolvimento sustentável, abordando potencialidades e vulnerabilidades ambientais e socioeconômicas. Segundo os dados mapeados e sistematizados na plataforma, a região do Grande ABC, pertencente a “Zona 8”, no que diz respeito à Resiliência Mudanças Climáticas está em um grau mais crítico para alcance de tal diretriz caracterizada como “Estado com baixa vulnerabilidade ambiental e social, atento aos processos perigosos e preparado para atuar na prevenção e resposta em situações de riscos e desastres”.

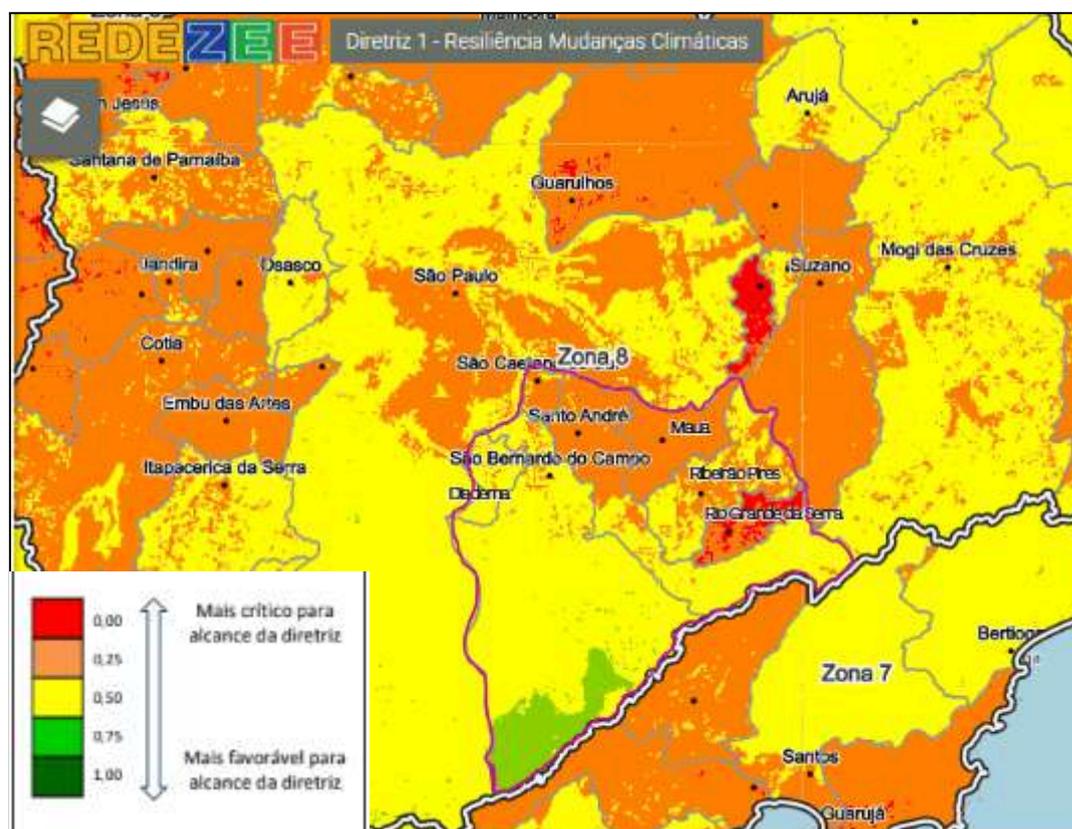
⁴ Plataforma Integrada de Planejamento e Gestão do Território voltada para a gestão e o compartilhamento de informações territoriais, que pode ser acessada gratuitamente em: <https://redezee.datageo.ambiente.sp.gov.br/geonetworkzee/srv/por/catalog/search#/home>

Mapa 3 - Índice Síntese Diretriz 1: Resiliência Mudanças Climáticas (Estado de SP)



Fonte: RedeZEE, 2024

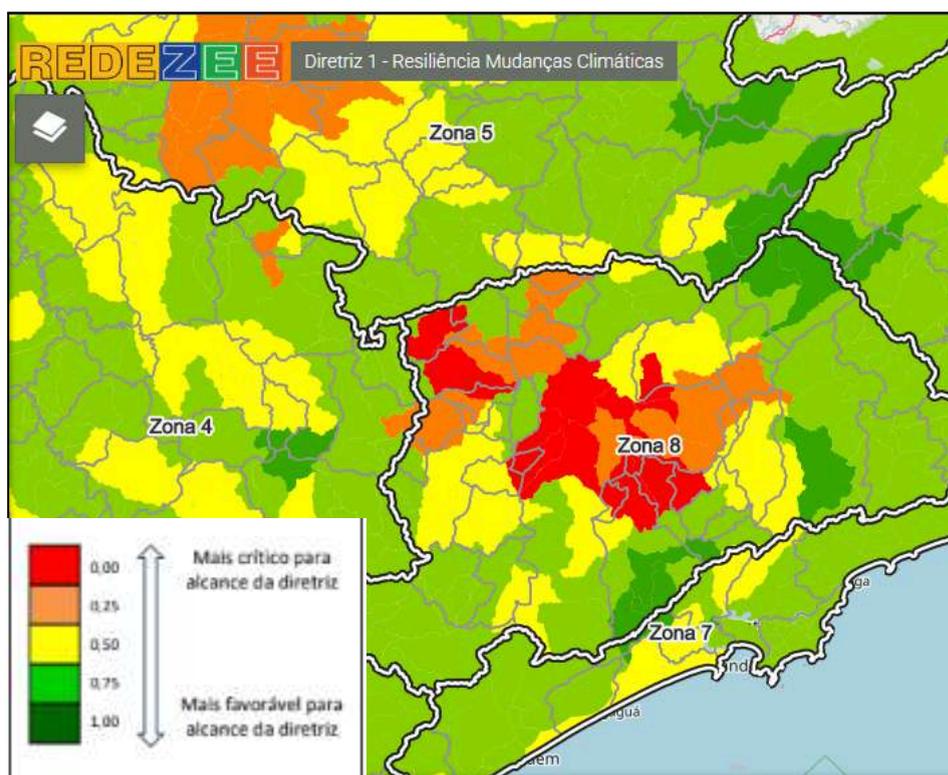
Mapa 4 - Índice Síntese Diretriz 1: Resiliência Mudanças Climáticas (Zona 8)



Fonte: RedeZEE, 2024

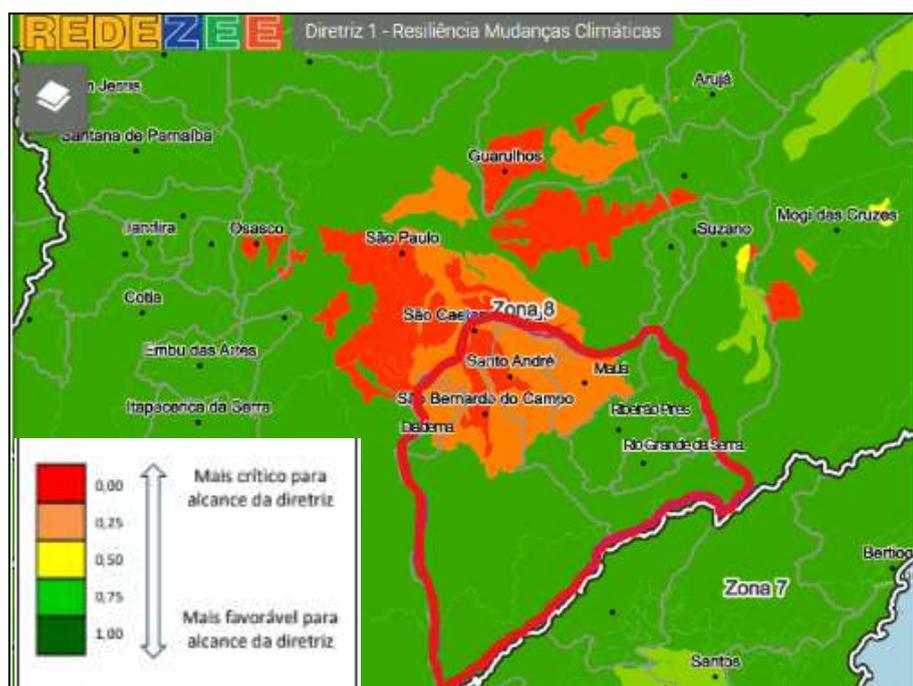
Ao destrinchar as variáveis que compõem essa diretriz, é possível analisar que a região está em grau de maior vulnerabilidade em relação há alguns índices, como o Índice de Qualidade de Água (IQA, 2017) e da Proximidade de Fragmento de Vegetação Nativa (consolidado em 2019).

Mapa 5 - Índice de Qualidade de Água (2017), Zona 4-8



Fonte: RedeZEE, 2024

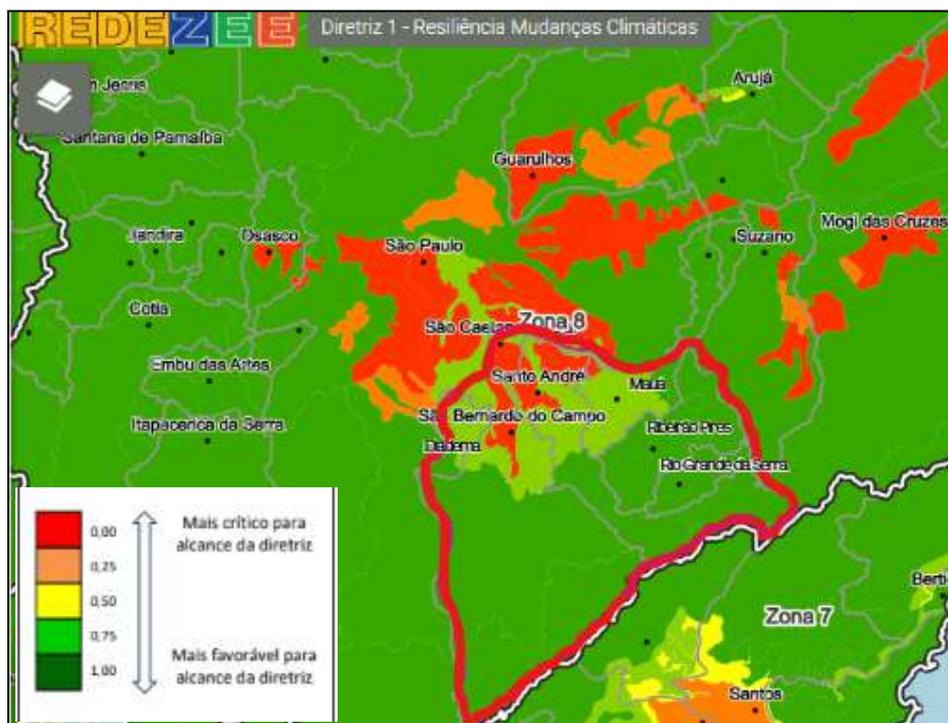
Mapa 8 - Proximidade de Fragmento de Vegetação Nativa (2019), Zona 8



Fonte: RedeZEE, 2024

Em relação ao tamanho de fragmento da vegetação nativa consolidada, os índices da região melhoram em certo grau, como indicado no mapa a seguir:

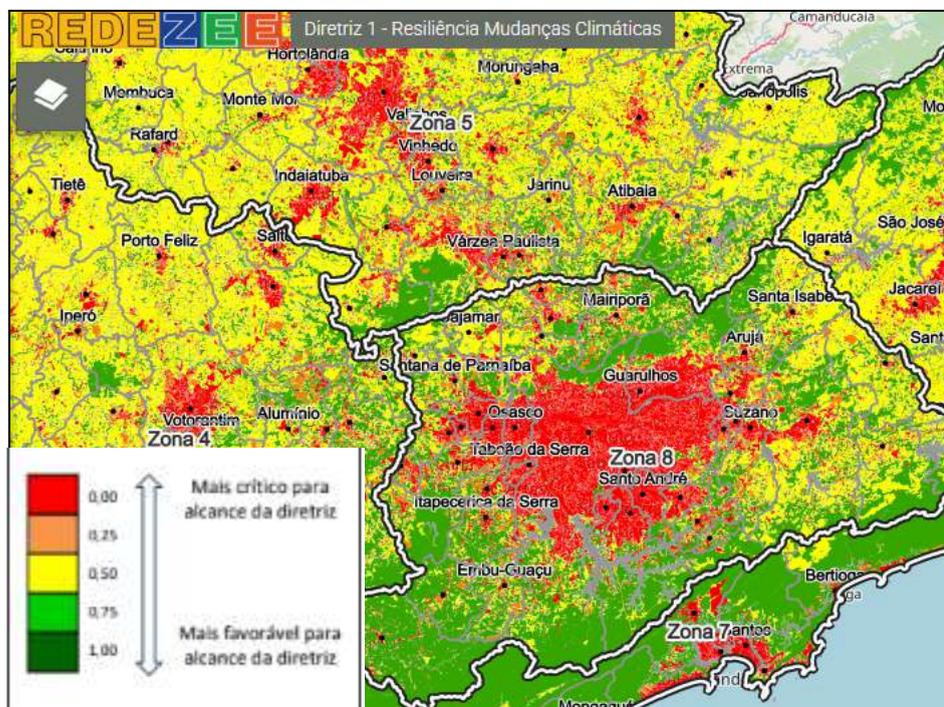
Mapa 9 - Índice do tamanho de fragmento de Vegetação Nativa (2019), Zona 8



Fonte: RedeZEE, 2024

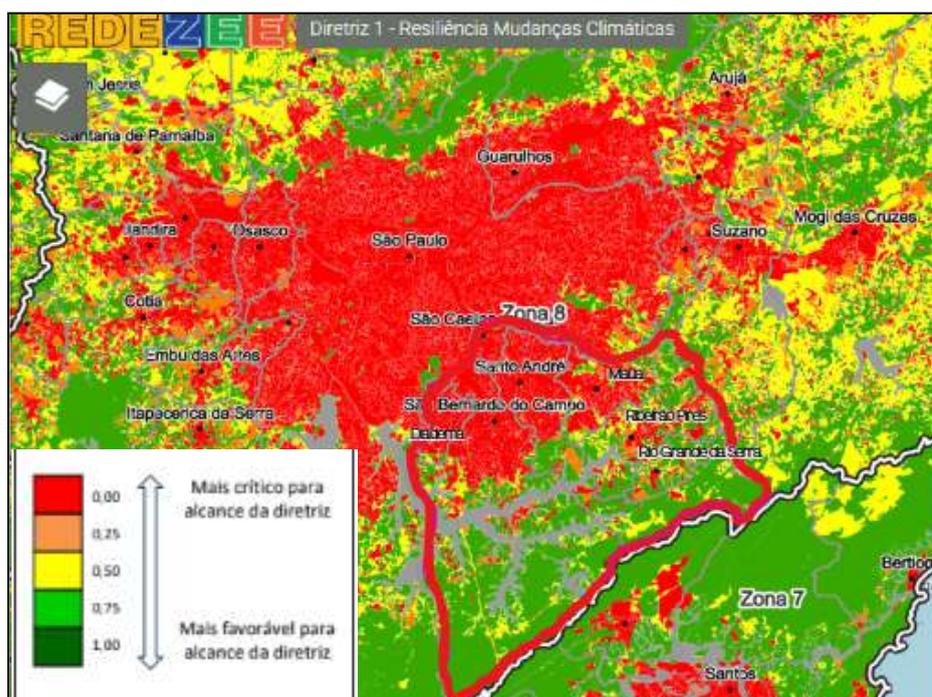
Quanto a permeabilidade do solo, o estado como um todo apresenta certa vulnerabilidade, mas a Região do Grande ABC tem índices mais críticos, conforme representado no mapa abaixo:

Mapa 10 - Índice de Permeabilidade do Solo (2019), Zona 4-8



Fonte: RedeZEE, 2024

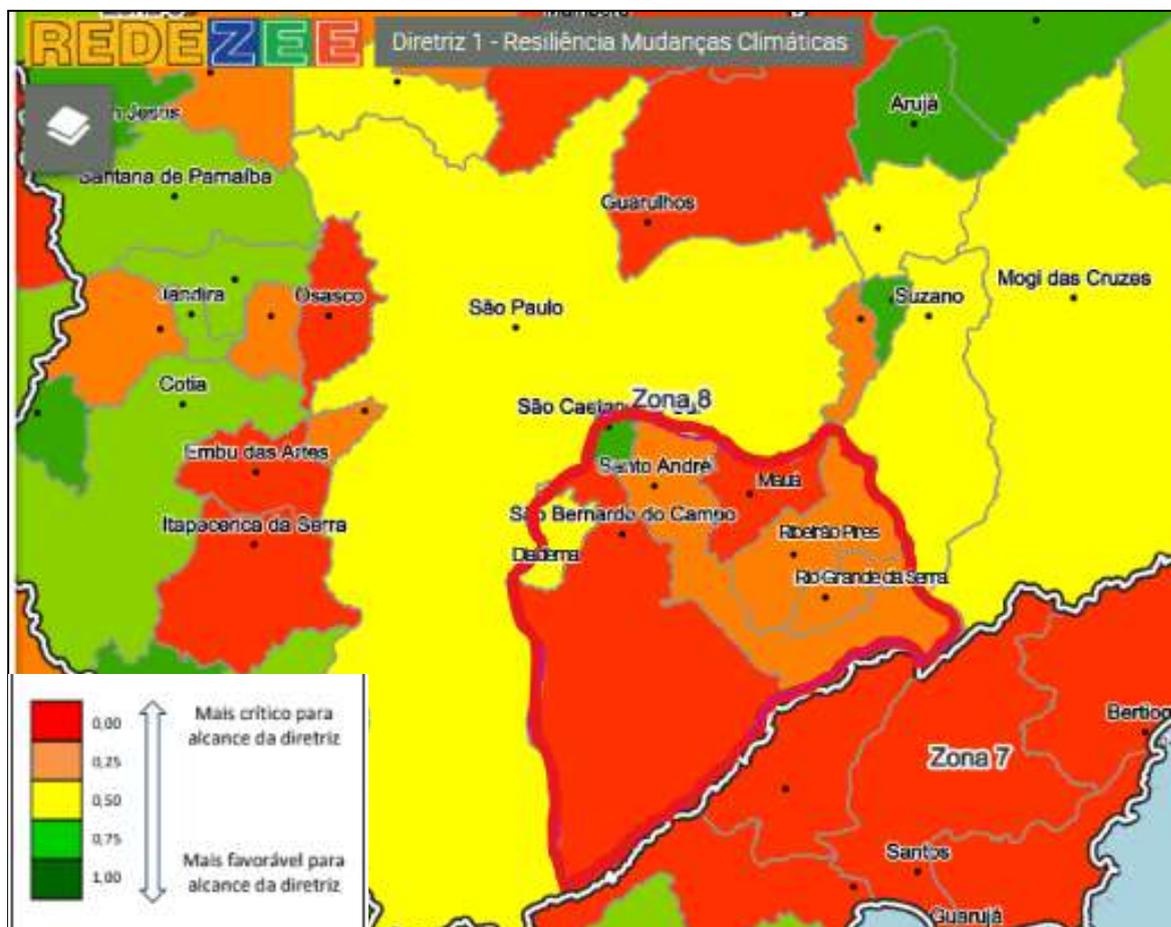
Mapa 11 - Índice de Permeabilidade do Solo (2019), Zona 8



Fonte: RedeZEE, 2024

Os índices também indicam que, por exceção de São Caetano do Sul, e em menor intensidade em Diadema, os municípios estão em um grau crítico de vulnerabilidade em relação a domicílios em área de risco:

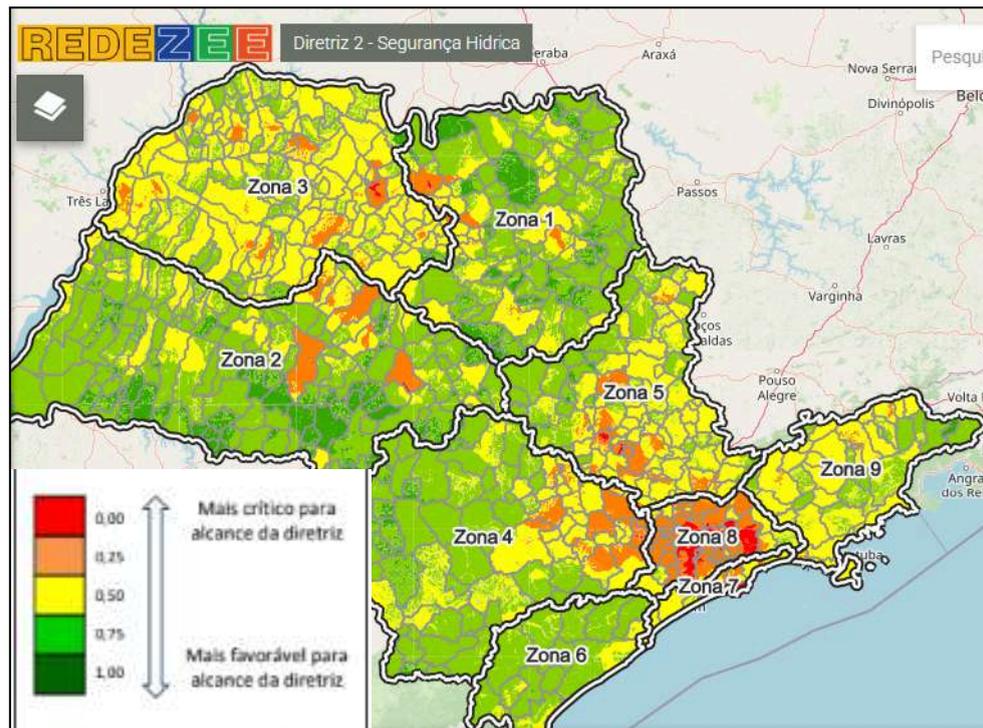
Mapa 12 - Índice de Domicílios em Área de Risco (2020), Zona 8



Fonte: RedeZEE, 2024

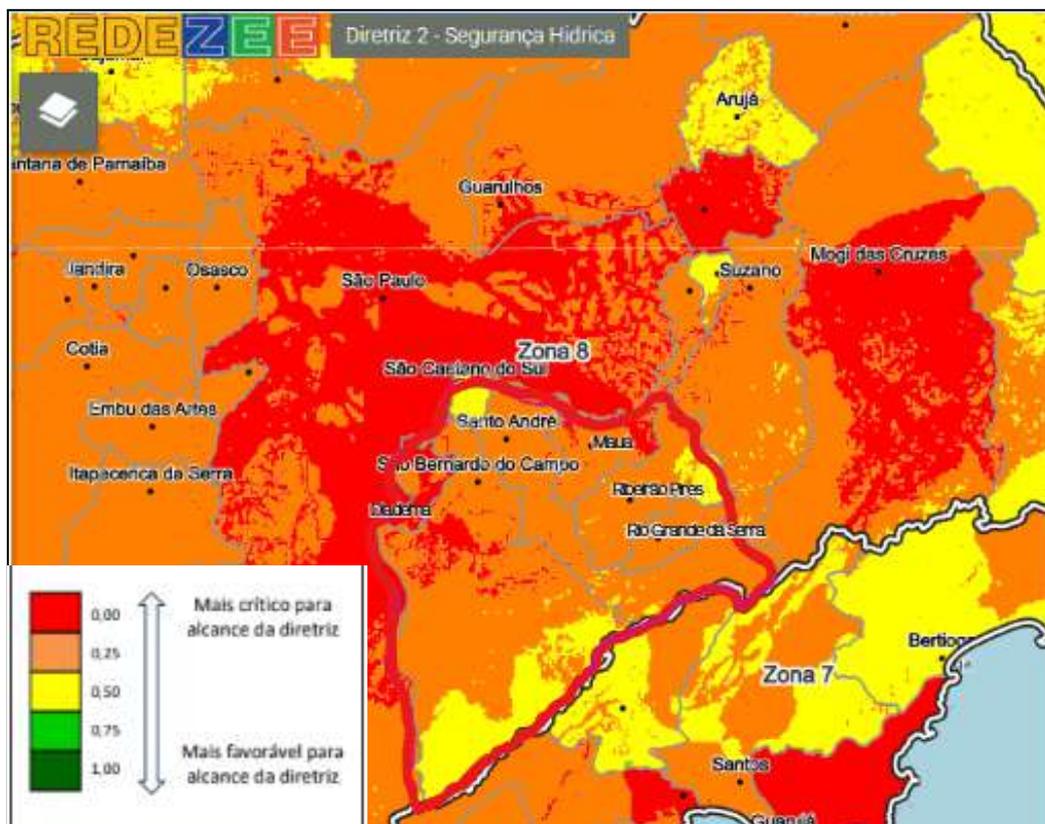
Em relação à dimensão 2 que trata sobre a Segurança Hídrica, considerando Garantia de oferta de água em qualidade e quantidade com níveis aceitáveis de risco para os diferentes usos ao longo do tempo, apesar das áreas de mananciais, a região apresenta índices mais críticos em comparação a outras zonas, novamente com uma diferenciação interna, na qual o município de São Caetano do Sul apresenta índices menos críticos que os demais.

Mapa 13 - Índice Síntese Diretriz 2: Segurança Hídrica Estado de São Paulo



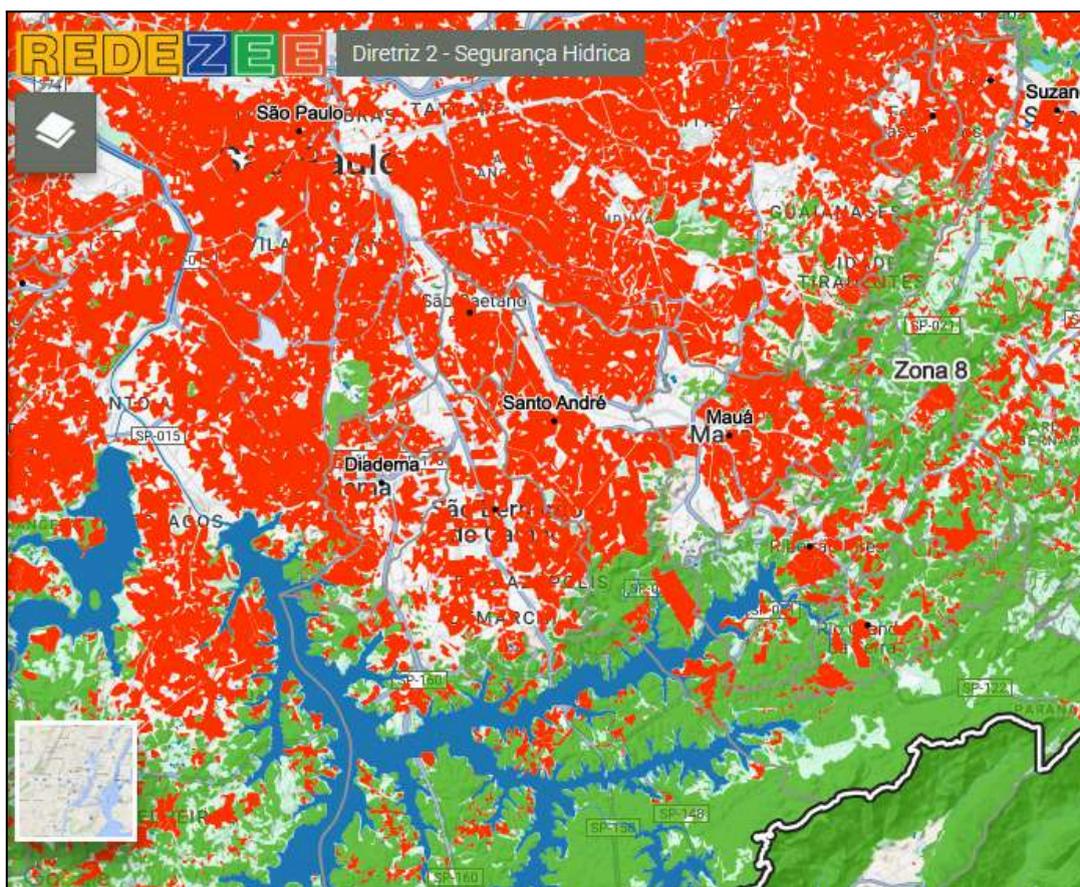
Fonte: RedeZEE, 2024

Mapa 14 - Índice Síntese Diretriz 2: Segurança Hídrica Zona 8



Fonte: RedeZEE, 2024

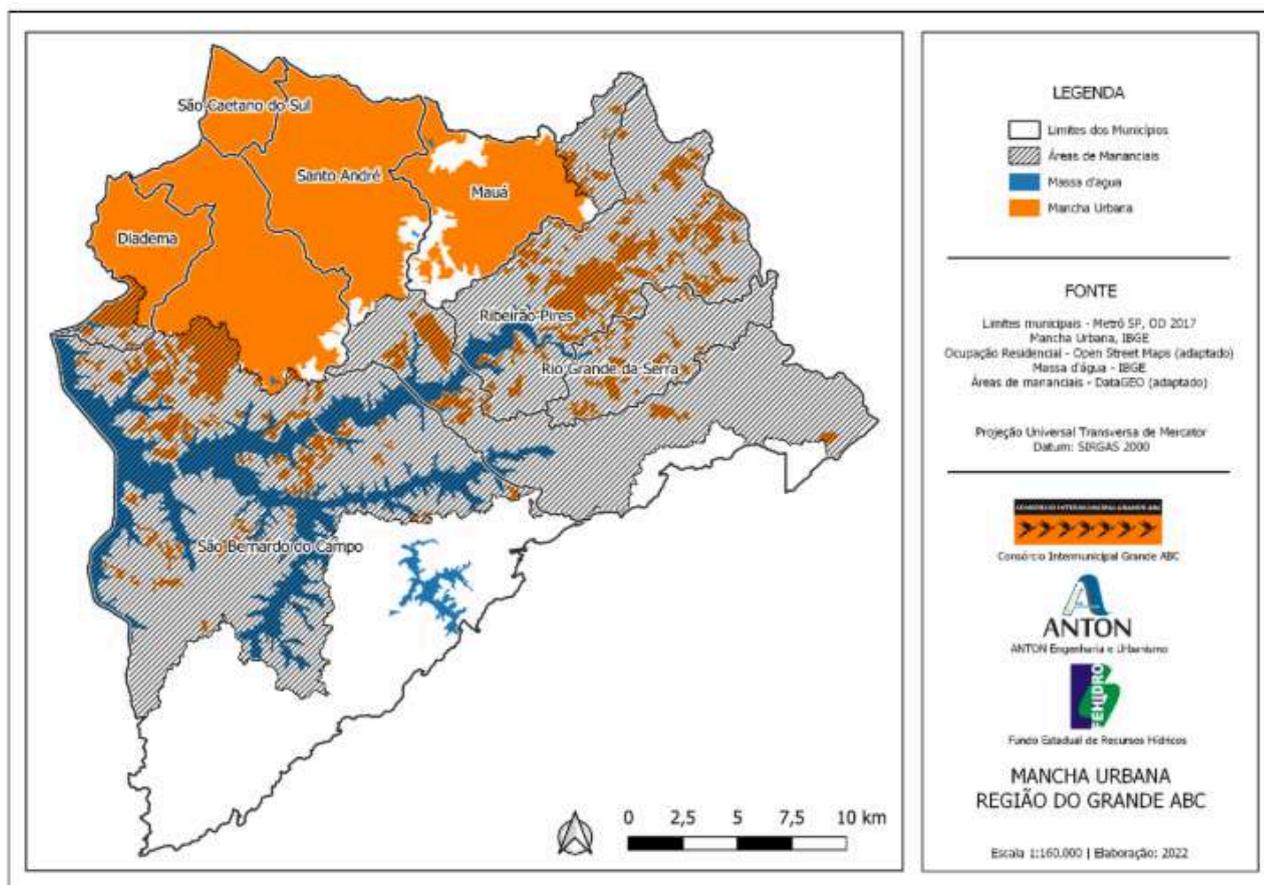
Mapa 15 - Disposição da Vegetação Nativa e Áreas Edificadas (2019), Grande ABC



Fonte: RedeZEE, 2024

Os dados também apontam para uma ocupação urbana em áreas de preservação permanente hídricas, em conformidade com os estudos com alertas sobre o aumento do risco de ocupação irregular em tais áreas desde 1970 com o processo de industrialização, crescimento populacional urbano e espraiamento desenfreado e descontrolado pelo território. O avanço das manchas urbanas de forma irregular por Áreas de Proteção e Recuperação de Mananciais, tem impacto na densidade de vegetação nativa presente naquele território e na qualidade de água. A maior parte da APRM Billings se concentra no município de São Bernardo do Campo, e é onde está localizada a maior parte da população que reside na área da Billings da região; porém, em Diadema é onde se dá a maior densidade demográfica da bacia. Os estudos também indicam que a vulnerabilidade social e as moradias irregulares, com assentamentos precários, trazem mais impactos ambientais negativos em tais áreas; com São Bernardo do Campo (75%), seguido de Santo André (50,6%) com parte significativa dos habitantes em APRM em tais condições (CIGABC, 2022).

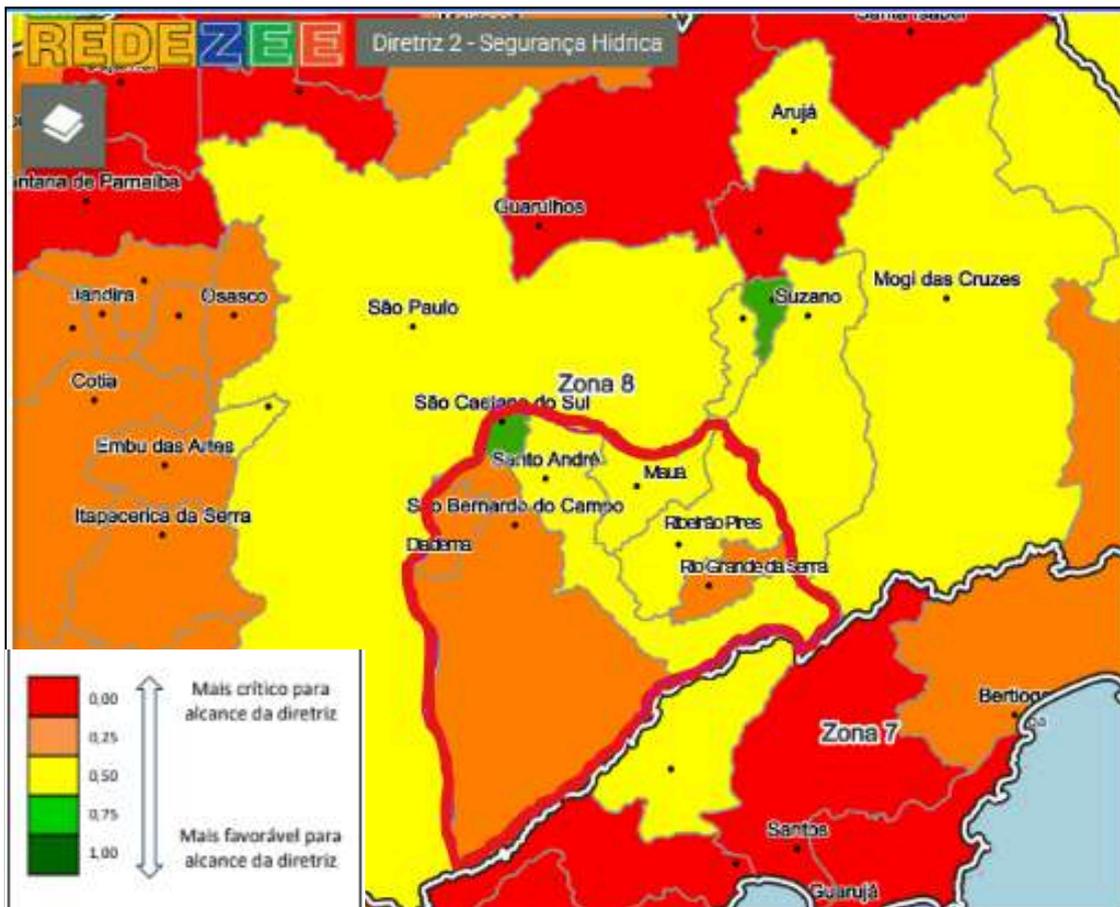
Mapa 16 - Avanço das manchas urbanas em APRM



Fonte: Plano Regional de Sinalização Mananciais Grande ABC, Relatório Final (CIGABC, 2022)

Em relação a coleta e tratamento de esgoto, apenas São Caetano do Sul apresenta indicador favorável para alcance da diretriz.

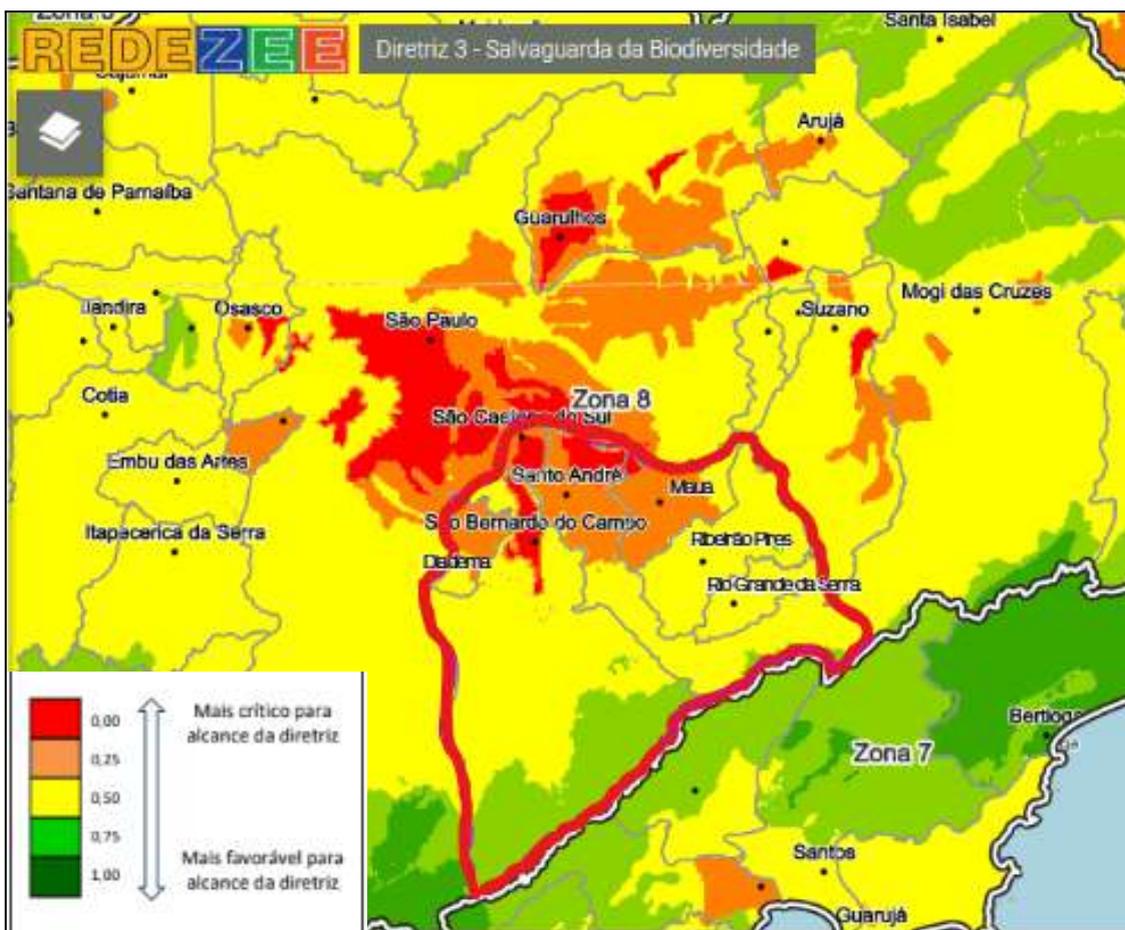
Mapa 17 - Indicador de Coleta e Tratabilidade de Esgoto da População Urbana (ICTEM, 2018), Zona 8



Fonte: RedeZEE, 2024

Na dimensão 3 de “Salvaguarda da Biodiversidade”, que objetiva a proteção, conservação e restauração dos biomas e ecossistemas associados, assegurando a sustentabilidade da biodiversidade e os serviços ecossistêmicos, os índices ficam mais críticos nas regiões mais próximas do centro metropolitano da cidade de São Paulo:

Mapa 18 - Índice Síntese Diretriz 3: Salvaguarda da Biodiversidade, Zona 8

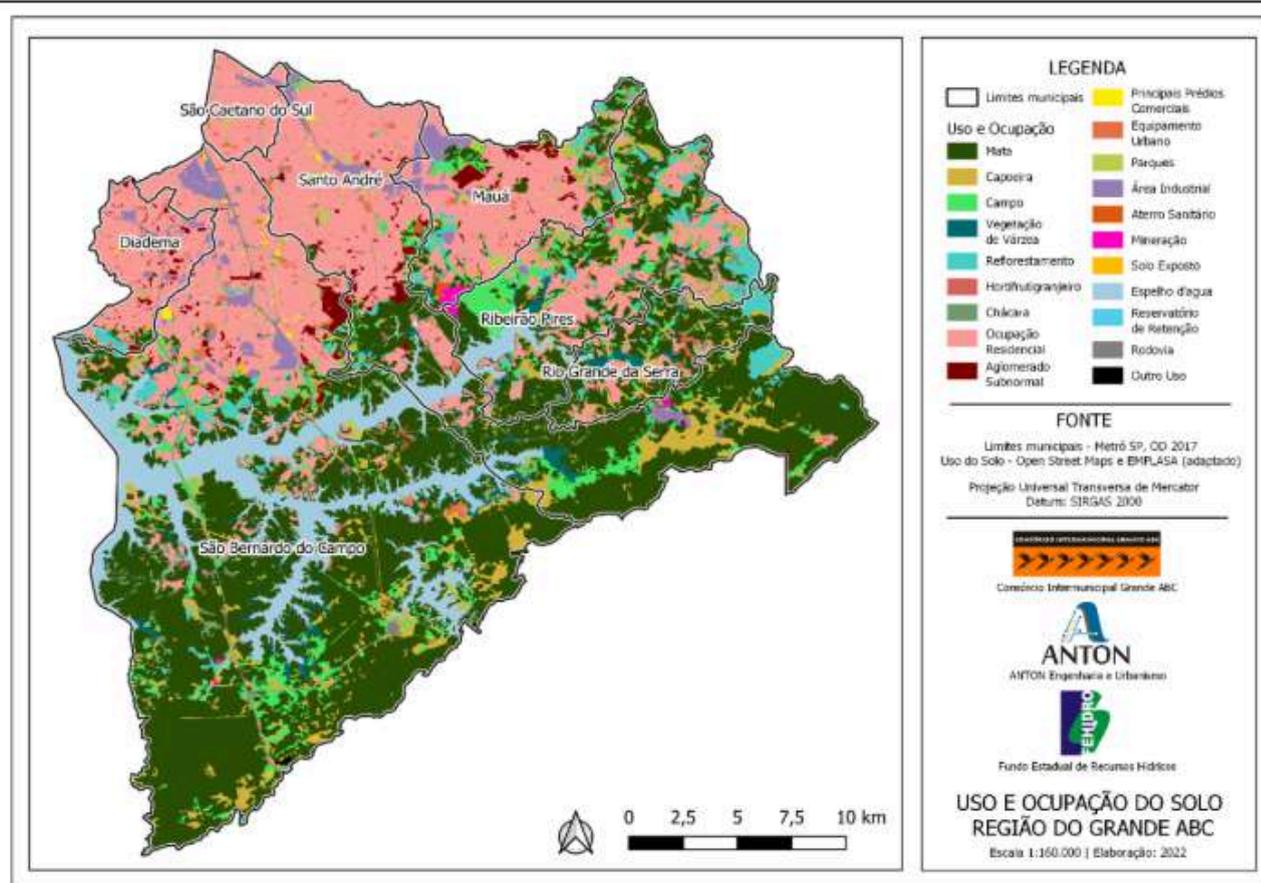


Fonte: RedeZEE, 2024

Dentro de tal diretrizes, os demais índices registram a ameaça de espécies exóticas invasoras de fauna e flora na região (2019), assim como de supressão de cobertura vegetal nativa (2010 a 2017).

Apesar dos índices críticos e riscos levantados, a região ainda abriga uma rica hidrografia e áreas verdes importantes para manutenção da qualidade de vida, amenização das mudanças climáticas, abastecimento público e equilíbrio ecossistêmico. Entre as áreas verdes e parques importantes para preservação da biodiversidade e Mata Atlântica na região: o Parque Estadual da Serra do Mar (Santo André e São Bernardo do Campo); o Parque Caminhos do Mar (São Bernardo do Campo); o Parque Estoril (São Bernardo do Campo); o Parque Ecológico Imigrantes (São Bernardo do Campo); o Parque Chácara Pignatari (Santo André); Área de Proteção Ambiental Capuava (Mauá); o Parque do Pedroso (Santo André); Parque Ecológico Guapituba (Mauá); Parque Ecológico da Gruta Santa Luzia (Mauá).

Mapa 19 - Uso e Ocupação do Solo Grande ABC



Fonte: Plano Regional de Sinalização Mananciais Grande ABC, Relatório Final (CIGABC, 2022)

Apenas o Parque do Pedroso equivale a uma área aproximadamente seis vezes maior do que a área do Parque Ibirapuera - o primeiro com 8.150.725 m² e o segundo com 1.241.857,37 m² (Santo André; São Paulo). Algumas áreas da região também são importantes por abrigar nascentes de rios, como o Parque Ecológico da Gruta Santa Luzia que abriga nascentes do rio Tamanduateí. A região ainda abarca a represa Billings, idealizada em 1925 e construída com o intuito de geração de energia, passando a assumir papel importante de abastecimento público em 1958, após crescimento populacional na Região do Grande ABC (SBC, 2020). Em 2010, já era responsável por 11% da produção de água para abastecimento público da região metropolitana de São Paulo, assumindo ainda mais relevância em períodos de seca que afetam os demais reservatórios (São Paulo, 2010).

1.2. As Políticas Ambientais

As políticas públicas ambientais se referem às ações e normativas implementadas pelos governos voltadas à algum aspecto do meio ambiente, podendo assumir diferentes frentes e abordagens. Atualmente, as políticas socioambientais se referem a diversas temáticas como: resíduos sólidos, clima, energia, “recursos” hídricos, produção de alimentos e segurança alimentar, zoneamento territorial e ecológico, biodiversidade, controle da poluição, saneamento básico, educação ambiental, direito ambiental, licenciamento ambiental, racismo ambiental, justiça ambiental, gênero e meio ambiente, fiscalização ambiental, pagamento por serviços ambientais, serviços ecossistêmicos, arquitetura verde e A3P⁵ (MOURA, 2016).

A arena política de tomada de decisões em relação às políticas ambientais, recebe grandes discussões quanto aos alcances, limites, objetivos e níveis estipulados. A história das políticas ambientais tanto no globo, quanto no Brasil, demonstra a construção e transformação de conceitos e concepções ao longo dos anos; e assim, a influência das percepções e discursos nas definições políticas. No Brasil, a Constituição Federal de 1988 é um marco para as políticas ambientais, ao considerar o meio ambiente ecologicamente equilibrado como um direito fundamental (Brasil, 1988). As políticas ambientais, assumem novas faces para além daquelas que focam na gestão dos elementos ambientais como recursos econômicos, insumos à disposição e serviço da sociedade. O meio ambiente passa a compor normativamente a sociedade e ser elemento central para sua sustentabilidade, por isso a importância de políticas de proteção de tais elementos para garantir esse direito.

A entrada de contextos ambientais mais alarmantes, de degradação e eventos extremos, já demandaram por políticas ambientais de outros âmbitos, como de recuperação ambiental, mitigação e adaptação, para além daquelas de controle, prevenção e proteção predominantemente disseminadas nesse campo, algo que pode ser observado em Planos de Enfrentamento a Emergência Climática.

Outras mudanças que compõem a história das políticas ambientais, se dão por conta da globalização⁶ e movimentos ambientalistas internacionais (com explosão em 1980), além da característica de que o “objeto” das políticas ambientais gera impactos que ultrapassam fronteiras. Em um primeiro momento, no Brasil, houve um movimento para fortalecimento do Estado Nação, com políticas que reforçavam o domínio dos “recursos naturais” pelo

⁵ Agenda Ambiental na Administração Pública

⁶ Viola, 1998

Estado, como os códigos de 1934: Florestal, de Águas e de Mineração (CETESB, 2018). Mas as poucas políticas relacionadas à questão ambiental dentro desse período de 1930 a 1960, contemplavam uma abordagem de controle racional visando mais os aspectos econômicos (MOURA, 2016).

Depois de 1970, há uma série de eventos internacionais para discutir a questão ambiental para além das fronteiras do Estado, abordando a importância de diretrizes internacionais e de que os elementos naturais que compõem o meio ambiente tem sua significância para todo o globo e não apenas localmente. Entre os marcos históricos para as políticas ambientais no âmbito internacional é possível citar: (1972) Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Declaração de Estocolmo, com a criação do PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente) e definição de 26 princípios de preservação; (1987) Relatório “Nosso Futuro Comum” com o conceito de “Desenvolvimento Sustentável”; (1992) Rio-92 e agenda 21; (1997) Protocolo de Quioto e o Relatório Brundtland, para a ação ambiental focada no conceito de desenvolvimento sustentável; (2002) Rio+10; (2012) Rio+20; (2015) Agenda 2030 e ODS (ONU, 2020).

Dentro dessas discussões, o Brasil ocupou papéis centrais e de grande influência, levando em consideração a biodiversidade presente no país, como a repercussão da floresta amazônica para o restante do mundo. Além de receber encontros importantes, o país levou diversos conhecimentos e experiências para tais momentos de troca e construção de tratados, como por exemplo “A Carta da Terra” - documento marco com princípios e diretrizes para a “construção de uma sociedade global mais justa, sustentável e pacífica [...] Ela articula uma visão de interdependência global e responsabilidade compartilhada” (Carta da Terra, s.d). Para além das declarações e tratados internacionais, outros marcos para política ambiental no Brasil se deram em âmbito nacional, importantes para dar base e legitimidade para esse campo de políticas públicas. Entre eles, é possível citar o estabelecimento da lei da Política Nacional do Meio Ambiente (nº 6939/1981) e a instituição do SISNAMA (Sistema Nacional de Meio Ambiente), que introduziram o meio ambiente como objeto autônomo de proteção jurídica e propiciaram ação integrada de diversos órgãos governamentais e da sociedade civil, com uma política nacional para o setor.

Além disso, e como já citado, a Constituição Federal de 1988, que em seu artigo 225 traz os princípios fundamentais para o sistema normativo ambiental no Brasil e reforça o meio ambiente como um bem coletivo, de direito e dever de todos, poder público e coletividade, de manter, preservar e proteger para as presentes e futuras gerações. As

legislações e o direito ambiental são parte essencial das políticas públicas ambientais, segundo Édís Milaré, em relação ao direito ambiental:

Deverá viabilizar ações para administrar a compatibilização entre população imensa, seus costumes e necessidades (reais ou criadas) e as limitações do sistema Terra - uma equação que provavelmente vai exigir a imposição de restrições convenientes ao equilíbrio (Milaré, 2015, p.231)

Dentro de tal sistema, foi estabelecido o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), que define resoluções que tratam das diretrizes, normas técnicas, critérios e padrões relativos à proteção ambiental e ao uso sustentável dos “recursos” ambientais. Apesar de uma base regulatória estruturada, ainda há o debate sobre sua efetiva aplicabilidade. Diante disso, outro órgão criado que vale destaque dentro dessa política nacional, é o IBAMA, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, e as ações de fiscalização e monitoramento ambiental.

Desde o começo da implementação de políticas públicas até os dias atuais, é possível observar uma ampliação do escopo abordado por tais, a mudança da valorização e priorização do tema de acordo com os respectivos contextos, assim como transformações de concepções sobre e para as políticas ambientais. As primeiras com grande relação à consolidação do Estado Nação, com a definição de domínio dos “recursos” naturais, seguidas de uma forte influência das noções de segurança nacional, desenvolvimento e industrialização. Em 1980, as políticas ambientais focaram mais na organização institucional, no controle da poluição, na degradação ambiental e no fortalecimento dos mecanismos de participação social na área ambiental com o PNMA (Ganen, 2013); a Constituição Federal de 1988, abordou o noção de um meio ambiente ecologicamente equilibrado como direito de todos os cidadãos e relacionou com outros temas como o direito de propriedade, gestão urbana, atividade economia e gerenciamento dos recursos hídricos.

Em 2002, com a Agenda 21 novos temas ganharam destaque, como: cidades sustentáveis; redução das desigualdades sociais; agricultura sustentável; gestão de recursos naturais; ciência e tecnologia para o desenvolvimento sustentável e infraestrutura e integração regional. Atualmente há nas discussões e ações o olhar para intersecção entre meio ambiente e sociedade, deixando de tratar o tema apenas como ambiental, mas sim numa perspectiva socioambiental, abordando novos conceitos como justiça e racismo ambiental. Durante a Rio+20, no país um amplo escopo foi discutido, passando por pontos como: erradicação da pobreza extrema, segurança alimentar, trabalho, energia, cidades, o papel do Estado,

economia verde, produção e consumo sustentáveis, até os temas ambientais “tradicionais” como água, florestas, biodiversidade, mudança do clima e governança ambiental (MOURA, 2016).

Mas para além do escopo, as abordagens das políticas ambientais também se alteram e em alguns momentos é possível observar a predominância de perspectivas mais preservacionistas⁷, outras conservacionistas⁸, o crescimento de uma visão crítica⁹, holística¹⁰ e sistêmica. O que permanece é o constante debate entre percepções e concepções; a política ambiental se dá nas ações que os governos decidem, ou não, fazer (DYE, 1984). A Constituição Federal de 1988 e a Política Nacional do Meio Ambiente dão as diretrizes para o desenvolvimento das políticas ambientais, mas não determinam uma única perspectiva que deve ser trabalhada. A Política Nacional do Meio Ambiente direciona para uma visão de sustentabilidade entre meio ambiente, desenvolvimento econômico e sociedade; com as seguintes diretrizes:

Art 2º - A Política Nacional do Meio Ambiente tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento sócio-econômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana, atendidos os seguintes princípios:

- I - ação governamental na manutenção do equilíbrio ecológico, considerando o meio ambiente como um patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido, tendo em vista o uso coletivo;
- II - racionalização do uso do solo, do subsolo, da água e do ar;
- III - planejamento e fiscalização do uso dos recursos ambientais;
- IV - proteção dos ecossistemas, com a preservação de áreas representativas;
- V - controle e zoneamento das atividades potencial ou efetivamente poluidoras;
- VI - incentivos ao estudo e à pesquisa de tecnologias orientadas para o uso racional e a proteção dos recursos ambientais;
- VII - acompanhamento do estado da qualidade ambiental;
- VIII - recuperação de áreas degradadas;
- IX - proteção de áreas ameaçadas de degradação;

⁷ Defende a proteção integral da natureza, sem intervenção humana

⁸ Defende o uso sustentável dos recursos naturais, com a atuação humana gerenciada.

⁹ Considera a complexidade da relação ser humano e natureza, reconhecendo a dimensão política, social e econômica na questão ambiental, com questionamento dos modelos vigentes (OPEA, 2023; PME, 2024)

¹⁰ Entende como um sistema complexo no qual cada elemento tem sua importância e conexão com outro, que para sua compreensão e do todo é preciso olhar para as interações, dado que as questões ambientais, sociais, culturais, estéticas, entre outras, são indissociáveis (OPEA, 2023)

X - educação ambiental a todos os níveis de ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente

(BRASIL, 1981)

A PNMA também traz instrumentos como o zoneamento ambiental, o estabelecimento de padrões de qualidade ambiental, a avaliação de impactos ambientais, o licenciamento ambiental, incentivos à tecnologias para melhoria da qualidade ambiental, a criação de espaços territoriais especialmente protegidos, sistema de informações, cadastro de atividades e instrumentos de defesa ambiental, cadastro de atividades potencialmente poluidoras, as penalidades, os relatórios de qualidade e instrumentos econômicos (LF nº 6939/1981).

1.3. Políticas Públicas Ambientais no Grande ABC

A Política Nacional do Meio Ambiente, firmou o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) e estabeleceu diretrizes para o estabelecimento de ações descentralizadas e articuladas na área ambiental. Em conformidade com tal legislação e regulação dada pela Constituição Federal de 1988 e federalismo, no Brasil as responsabilidades para com as políticas ambientais foram divididas e compartilhadas entre os diferentes entes da federação (União, estados e municípios). A atual constituição brasileira, reforçou a descentralização e a importância dos municípios para as políticas públicas, ao receberem diversas competências e autonomia.

Um exemplo se dá na gestão de resíduos sólidos, política da competência municipal. Porém, nem todos os municípios dispõem de todos os recursos necessários para responder a demandas de tamanha complexidade e novos instrumentos precisaram ser pensados para cumprirem com seus compromissos, como a formação de consórcios para juntar esforços e trabalhar em rede com o intuito de atingir os objetivos em comum como a gestão dos resíduos sólidos entre diferentes municípios.

Um marco para as políticas ambientais dos municípios do Grande ABC Paulista, foi a criação do Consórcio Intermunicipal do Grande ABC, em 1990, para tratar em especial da questão dos resíduos sólidos (CIGABC, s.d). Porém, com o passar dos anos e com o levantamento de novas demandas em comum entre os municípios, consideradas relevantes para a discussão regional entre todos os membros do consórcio, tal rede amplia seu escopo de

atuação, dentro da própria temática ambiental, mas abrindo também para novos eixos como educação e saúde.

Dentro do debate das políticas ambientais, os municípios definem em conjunto as diretrizes e ações regionais de proteção e recuperação ambiental; prevenção e planejamento; mitigação de riscos, adaptação e enfrentamento de desastres; educação ambiental. Atualmente os grupos de trabalho ligados ao âmbito ambiental no consórcio são: Meio Ambiente; Resíduos Sólidos; Educação Ambiental; Segurança Alimentar; Planejamento Urbano; Drenagem Urbana; Gestão de Riscos.

Nos primeiros anos de sua atuação, além da questão dos resíduos sólidos, a questão hídrica, em especial ligada a bacia hidrográfica Billings e a construção de piscinões frente aos casos de enchentes, foram destaques na ação regional. Em 2003 a criação de um Grupo de Trabalho sobre Segurança Alimentar, com períodos de suspensão, retomando em 2021 com a incidência da pandemia do Covid-19. Em 2004, os registros já mostram um olhar para a temática da saúde ambiental, com a mobilização do “combate à dengue”, que se repetiu em outros anos. A partir de 2006, se inicia uma maior mobilização para ações ligadas a estudos e geração de dados relacionados ao contexto ambiental em parceria com o meio acadêmico; em 2008, o conceito de “mananciais”, sua proteção e recuperação passa a ganhar destaque no órgão; em 2010, já aparece uma preocupação com desastres ambientais e gestão de riscos. Outras temáticas foram trabalhadas ao longos dos anos, como:

- Preocupação com a mobilidade urbana e impactos ambientais, que se destaca em anos seguintes (2011);
- As ações deixavam claro o impacto do meio na sociedade com a questão das moradias irregulares em áreas de riscos e mananciais (2013);
- Mobilização em relação a fiscalização ambiental e também a criação de um grupo temático especialmente para tratar sobre arborização urbana (2015);
- Elaboração de Inventário Regional de Gases de Efeito Estufa e Plano de Adaptação e Mitigação das Mudanças Climáticas da Região do Grande ABC, tema que foi ganhando cada vez mais destaque (2016);
- Início de estudos sobre economia solidária na região e criação de GT específico sobre a proteção ambiental; e ações de capacitação e educação ambiental desde 2021, com a criação de um Grupo Temático em 2023 (CIGABC, s.d).

Outras questões como a étnico-racial, de povos originários e de gênero, também ganharam grupos de trabalho específicos, com o eixo de trabalho Assistência, Inclusão Social

e Direitos Humanos; porém sem uma ligação clara intencional nos registros entre os projetos sociais e políticas ambientais dos grupos de trabalho.

Todos os municípios da região possuem uma base regulamentadora com política municipal ambiental e diretrizes para as ações na área, apesar de implementadas em momentos diferentes:

Tabela 3 - Diretrizes regulatórias ambientais nos municípios

Legislação Ambiental	
Municípios	Legislação
Diadema	LEI N° 2597/2007 -Política Municipal de Gestão Ambiental
Mauá	LEI N° 3222/1999 - Planejamento Ambiental e Sistema de Gestão Ambiental do Município
Ribeirão Pires	LEI N° 5423/2010 - Política Municipal de Meio Ambiente e Saneamento Ambiental
Rio Grande da Serra	LEI N° 2332/2019 - Política Municipal do Meio Ambiente
Santo André	LEI N° 7.733/1998 - Política Municipal de Gestão e Saneamento Ambiental
São Caetano do Sul	LEI N° 4620/2008 - Política Municipal de Meio Ambiente e constituição do Sistema Municipal de Meio Ambiente (SISMUMA)
São Bernardo do Campo	LEI N° 6163/2011 - Política Municipal de Meio Ambiente

Cada um dos municípios possui um arcabouço de legislações ambientais e, cada qual com suas especificidades, alguns com escopo mais amplo e detalhado, mas abordando em linhas gerais temas como: saneamento e resíduos sólidos; conselhos; fundos financeiros; acordos com outros entes federativos; poda e arborização; drenagem urbana; calendário ambiental; áreas de proteção (remanescentes de Mata Atlântica e áreas de mananciais); educação ambiental; premiações e selos; mobilidade urbana; poluição do ar; poluição sonora; poluição visual; licenciamento ambiental; patrimônio cultural e natural; mitigação e adaptação às mudanças climáticas (Ferreira, 2011).

O programa “Município VerdeAzul”, criado em 2007, realiza anualmente um ranking ambiental dos municípios paulistas a partir de um indicador de avaliação ambiental (IAA), ao qual todos os municípios da região também fizeram adesão, servindo como mais um

instrumento para subsidiar e monitorar as políticas ambientais, abordando como temas estratégicos para apoiar a gestão ambiental: Governança Ambiental, Adaptação às Mudanças Climáticas, Educação Ambiental, Saneamento Básico (Água, Esgoto e Drenagem), Resíduos Sólidos, Qualidade do Ar e Mitigação de GEE (gases de efeito estufa), Biodiversidade, Arborização Urbana, Recursos Hídricos e Zoneamento Ecológico-Econômico (SEMIL, 2024). Ao avaliar o primeiro ano no qual todos os municípios do Grande ABC já haviam aderido ao programa (2010) e ao último ciclo avaliativo divulgado (2022-2023) - por exceção de Mauá e Rio Grande da Serra que não saíram no último ranking, com o último registro de nota em 2020 - observamos a seguinte pontuação e classificação:

Tabela 4 - Avanços no Ranking PMVA

Avanços no Ranking PMVA			
Município	2010	2022-2023	
	Posição	Posição	Nota
São Bernardo do Campo	79°	4°	71
Santo André	114°	6°	56
Ribeirão Pires	85°	37°	59
São Caetano do Sul	252°	60°	25
Diadema	498°	62°	23
Mauá	353°	-	sem dados
Rio Grande da Serra	582°	-	sem dados

Fonte: SEMIL, 2024

O programa também disponibiliza os dados com o histórico das notas dos municípios aderidos e certificados, desde 2008, com a última atualização em 2020. A média de notas dos municípios da região em comparação com a média de pontuação total é de:

Tabela 5 - Histórico Ranking PMVA

Histórico Ranking Geral PMVA (2008-2020)				
Município	Média de Notas	Nº total de certificações	Média de certificações por município	Classificação Geral (de 645 municípios)
Santo André	55,35	4	-	141º
Ribeirão Pires	58,16	4	-	126º
São Caetano do Sul	52,24	4	-	160º
Mauá	27,17	0	-	436º
São Bernardo do Campo	26,96	0	-	438º
Diadema	21,88	0	-	488º
Rio Grande da Serra	15,81	0	-	561º
Região Grande ABC	36,8	12	1,7	-
Todos municípios paulistas aderidos	39	1.396	2,16	-

Fonte: SEMIL, s.d

Apesar da média da região do número de certificações não estar muito distante da média geral, a discrepância entre os municípios é bem elevada, com municípios que já receberam até 13 certificações, enquanto alguns não receberam nenhuma. No ranking, o município com a média mais alta de pontuação é de 94 (Novo Horizonte), participante desde 2008 no programa. Um dos destaques em relação aos dados se dá em Rio Grande da Serra, município com 100% de seu território em área de proteção e recuperação de mananciais, com a pior média de notas da região, em uma classificação bem abaixo dos demais.

Ao olhar para a estrutura organizacional e orçamentária que dão base para o desenvolvimento das políticas ambientais, há uma certa divergência entre os municípios. A cidade de São Caetano do Sul, por exemplo, não possui uma secretaria específica para tratar das questões ambientais, mas uma autarquia municipal de Sistema de Água, Esgoto e Saneamento Ambiental (SAESA). Já em Santo André, apesar de também haver uma autarquia para atuar na gestão de resíduos sólidos e ambiental, SEMASA (Serviço Municipal de Saneamento Ambiental), a cidade possui uma Secretaria específica para tratar o assunto, reconhecida como “Secretaria de Meio Ambiente e Mudanças Climáticas”. Nas demais

idades, as secretarias responsáveis pelo campo são tratadas como: “Secretaria de Meio Ambiente e Proteção Animal de São Bernardo do Campo”; “Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente de Rio Grande da Serra”; “Secretaria de Meio Ambiente e Bem-Estar Animal de Ribeirão Pires”; “Secretaria do Meio Ambiente de Mauá”; e “Secretaria de Meio Ambiente e Serviços Urbanos de Diadema”.

A tabela abaixo indica a porcentagem de recursos disponibilizados para cada um desses órgãos do total da receita de acordo com a lei orçamentária anual de cada município.

Tabela 6 - Projeção Orçamentária dos Órgãos Ambientais dos Municípios, 2025

Projeto de Lei Orçamentária de 2025: previsão da receita destinada a despesas dos órgãos ambientais de cada município, em %		
Município	Órgão	% das receitas
Diadema	Secretaria de Meio Ambiente e Serviços Urbanos	4,29%
Mauá	Secretaria do Meio Ambiente de Mauá	0,80%
Ribeirão Pires	Secretaria de Meio Ambiente e Bem-Estar Animal	0,63%
Rio Grande da Serra	Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente	0,66%
Santo André	Secretaria de Meio Ambiente e Mudanças Climáticas	0,59%
São Caetano do Sul	Sistema de Água, Esgoto e Saneamento Ambiental*	11,26%*
São Bernardo do Campo	Secretaria de Meio Ambiente e Proteção Animal	0,26%

*A quantidade de recursos destinadas ao SAESA equivalem à 11,26% da receita de 2025 do município, mas apenas a fim de comparação, pois essas despesas advêm de recursos próprios da autarquia

Fontes: PLOA, 2025

Enquanto a maior parte dos municípios destina menos de 1% das suas receitas para a pasta de Meio Ambiente, outras pastas como de educação recebem em média 23,2% nos mesmos municípios, segundo os Projetos de Lei Orçamentária dos municípios. Rio Grande da Serra destina menos de 300 mil reais para despesas ligadas ao Meio Ambiente no ano, e o mesmo município até o final de 2024 ainda não tinha garantida a coleta seletiva em todo seu território (Diário do Grande ABC, 2024), apesar de ser obrigatório por lei (Política Nacional de Resíduos Sólidos, LF N° 12.305/2010).

Mas não apenas no nível municipal, ao considerarmos o âmbito nacional também é possível observar manifestações em relação a adequabilidade dos recursos disponibilizados para a área ambiental - no ano de 2024, por exemplo, os servidores públicos da área ambiental entraram em greve por 8 meses por aumento de salário e reestruturação de carreiras, em negociações que já datavam de 11 meses, retomando o serviço ainda com solicitações em pendente (NEXO, 2024). Os grevistas acusavam o governo de “abandono” dos servidores ambientais, com mais de 44% dos servidores do IBAMA e ICMBio paralisados:

Vale observar que todo esse esforço foi realizado por servidores de uma carreira que foi vilipendiada e perseguida nos últimos anos [...], e que, confiante nos novos rumos do país, optaram por se desdobrar para superar as limitações às quais estão submetidos. [...] Os servidores foram muito além do que seria sua obrigação, por convicção na justa causa (Conselho de Entidades da Ascema Nacional, 2024)

2. OS SERVIDORES PÚBLICOS NO CICLO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

2.1. O papel e influência dos servidores públicos nas políticas públicas

As políticas públicas, ambientais ou de outra natureza, são elaboradas e colocadas em práticas a fim de sanar alguma demanda coletiva, após definição de uma agenda política, processos que são considerados etapas do ciclo de políticas públicas. Dentro desse ciclo, a arena política que reúne diferentes atores e contexto social, são elementos chaves para a definição de quais serão as demandas prioritárias e oportunidade de entrar na agenda política; além da influência no próprio desenho da política e na forma com a qual será implementado. Não há políticas públicas sem o recurso humano e durante todo o desenvolvimento de uma política há uma relação entre diferentes atores e interesses para definição das ações, entre eles os servidores públicos. Os “três Is”, instituições, interesses e ideias “moldam, influenciam, determinam políticas e seus programas, da proposição original à operação cotidiana dos mesmos” (Januzzi; Rodrigues, 2023)¹¹.

¹¹ Nexo Jornal

Imagem 1 - O Ciclo de Políticas Públicas



Arte: Divulgação/ALMG

Fonte: UNALE, 2023

Ainda há a definição de diretrizes prioritárias que guiam políticas por determinado período, dado por “atores relevantes” do contexto, de peso político consideravelmente maior que os demais; dentro disso, mudanças de grupos políticos também podem causar mudanças de diretrizes políticas e desenvolvimento do ciclo de políticas públicas (Oliveira; Couto, 2019). Os demais atores, “não têm uma única opção em termos de política pública; conhecem os principais problemas da política na qual atuam e chegam a um consenso (aquele possível no contexto político e social em que interagem) acerca de qual diretriz prioritária deve ser perseguida” (Oliveira; Couto, 2019). Dentro desse processo é importante a comunicação e a criação de um ambiente cooperativo, no qual a política pública desenvolvida está dentro de um campo de consenso entre os atores (Cline, 2000; Oliveira; Couto, 2019); como no caso do Consórcio público do Grande ABC, no qual as ações regionais são apenas definidas quando

de consenso entre todos os municípios membros, para maior garantia de sua adesão, legitimidade e continuidade.

Os atores políticos são diferentes em cada política e podem ser diferentes dentro do próprio ciclo de uma única política pública. Mas os servidores públicos são aqueles atores que estarão, ou serão, sempre envolvidos em ao menos uma das etapas desse processo, como seu papel profissional; e que ganham outra relevância, quando servidores de carreira, por permanecer em determinado serviço mesmo após mudanças de governo, se tornando peças-chaves para continuidade de políticas públicas. Não há políticas públicas sem servidores públicos e tais atores podem ser promotores, opositores, aliados ou mediadores de uma política. Por isso, entender suas ideias, percepções e interesses é de tamanha importância para avaliar as políticas públicas e o contexto político de desenvolvimento das políticas, possibilitando também uma análise para onde aquela sociedade e governo tem caminhado, quais fins se objetivam.

As ideias; que do grego “*idéa*” significa visão; são dadas a partir de narrativas, memórias coletivas, tradições sociais e acadêmicas, cultura política nacional, percepções, valores e “consensos civilizatórios”, que influenciam tais atores e sociedade na definição das demandas prioritárias e meios para solucioná-las (Januzzi; Rodrigues, 2023)¹². Além disso, a capacidade técnica e domínio do assunto trabalhado por tais burocratas, assim como insuficiência de informações da realidade de intervenção (Arretche, 2001), e também sua motivação nas atividades de trabalho realizada, têm influência nos serviços prestados e decisões tomadas desde o diagnóstico, definição de demandas prioritárias, no andamento, no monitoramento e até no “encerramento”, ou reformulação, de alguma política. Segundo Arretche (2001), “Um programa é, então, o resultado de uma combinação complexa de decisões de diversos agentes”. A alteração das pessoas que trabalham dentro de um ciclo de políticas públicas, pode implicar em transformações de tal política desde o seu desenho até o processo de implementação, reforçando a relevância dos atores nesse processo. Dentro disso, as motivações, capacitações, contextos e necessidades podem influenciar o comportamento e tomadas de decisões de tais indivíduos, e assim, ter efeitos no funcionamento de uma organização e seu desenvolvimento (McGregor; Maslow, 1967).

As atividades realizadas pelos servidores públicos, o contexto que os envolve, as concepções presentes e o entendimento dessa relação complexa entre os elementos afetam a produção de políticas públicas (BRODKIN, 2011 apud KOGA; VIANA; CAMÕES;

¹² Nexo Jornal

FILGUEIRAS; 2019). No processo de análise de políticas públicas e da capacidade de implementação de políticas públicas é importante levantar quem são os servidores públicos envolvidos, considerando que “a atuação da burocracia não ocorre no vazio, mas dentro do contexto político-institucional-relacional da política pública” (KOGA; VIANA; CAMÕES; FILGUEIRAS; 2019).

2.2. A importância dos aspectos discursivos e de percepção para as políticas públicas

Diante da complexidade que envolve o campo de desenvolvimento das políticas públicas e realidades sociais, novas abordagens e metodologias têm sido discutidas e trabalhadas por diferentes autores para conseguir abarcar as multidimensões que compõem esse sistema. A perspectiva Pós-Positivista na análise de políticas públicas reforça a importância da análise dos discursos e de uma estrutura interpretativa mais robusta. Tal abordagem nas ciências sociais deixa de buscar uma verdade universal comprovada, mas considera buscar e analisar o contexto, os discursos e entendimentos que implicam em determinado fenômeno, ou ação. A visão pós-positivista olha para como uma concepção de conhecimento pode moldar a sociedade e reforça que os conhecimentos são produtos de uma construção técnica, mas também social, dado em um momento histórico, com específica linguagem (Gottweis, 1997; apud Fischer, 2005). O conhecimento, segundo Fischer, se dá a partir do consenso após momentos dialéticos e discursivos de trocas de interpretações, com argumentos e linguagem para convencimento, chegando a uma “crença aceita”. A compreensão da realidade é socialmente construída, e analisar esse processo é importante para entender as mudanças da sociedade; voltando para o objeto políticas públicas, que tem como objetivo mudar determinado aspecto da realidade, o movimento de estudo de tais implica no estudo dessas relações e concepções sociais que as constroem.

As percepções e discursos ganham centralidade nesse processo, pois moldam a construção social da realidade tida. Ao retomar autores clássicos, é possível analisar como as narrativas e percepções já tinham sua relevância dada nas análises de ações e comportamentos sociais; como Weber, que apesar de considerar uma neutralidade no que diz respeito ao pesquisador, trouxe em suas obras como diferentes aspectos influenciam na realização de uma ação, como motivações “racionais”, por valores, tradições e afetos, que são construídas através de uma cultura e discursos. A partir de Weber, um grande exemplo do poder de discurso estaria na noção da “dominação carismática” assumida por diferentes e

poderosas lideranças (Weber, 1999). Ou então de Aristóteles, um marco para arte da dialética e retórica, já abordava o poder da linguagem e uma teoria dos discursos (Rohden, 1997).

Mais recentemente, autores como Dussel abordam a importância da linguagem para a vida humana, pois seria o meio para cooperação, coordenação e compartilhamento de conhecimento visando a conservação e reprodução da vida (Dussel, 2002 apud Borges; Oliveira, 2008). “Os mundos”, as realidades, se dão a partir de uma criação do processo de conhecer, e o “ser” se dá de modo particular, conforme os “pontos de vista” e como o mundo se parece ser para cada (Maturana; Varela, 2001 apud Borges; Oliveira, 2008). Ideias que dialogam com os pensamentos do autor brasileiro Ailton Krenak, que traz ao debate diferentes percepções e conhecimentos que por muitas vezes são invisibilizados de certos grupos da sociedade como os povos indígenas, que só no Brasil representam mais de 250 etnias, 150 línguas e dialetos, assim como, diversos modos de vida. Krenak reforça como a visão das pessoas sobre a natureza reflete na forma como a sociedade se relaciona e faz parte de tal, que o diálogo e a troca de experiências são importantes para o contato com novos contextos e expansão dos conhecimentos (KRENAK, 2020).

Dentro desse campo, os estudos sobre “percepção ambiental” também tem ganhado mais espaço, como um meio para construir estratégias para minimizar os problemas socioambientais, com a visão de que são fundamentais para a compreensão das interrelações entre homem e ambiente, de suas expectativas, satisfações, anseios, julgamentos e condutas no espaço em que está inserido (Vasco; Zakrzewski, 2010 apud ALMEIDA; SCATENA; LUZ, 2017). As percepções ambientais envolvem perspectivas científicas, políticas e sociais, e “é uma representação científica e, como tal, tem sua utilidade definida pelos propósitos que embalam os projetos do pesquisador” (PACHECO; SILVA, 2006 apud ALMEIDA; SCATENA; LUZ, 2017)

Os discursos e ideias podem motivar as pessoas e guiar o modo como pensam, agem, e interpretam das mais diferentes formas os problemas, assim como as soluções (Fischer, 2005). Na mesma linha, Sewell já apontava como a percepção se dava como etapa inicial na construção de objetivos e resolução de “problemas” (Sewell, 1978 apud Macedo, 2017). Reconhecer a influência das percepções e narrativas na arena política, colocar luz nestas e buscar compreendê-las se torna chave para a análise de políticas públicas. Por isso, o seguinte trabalho inicia o levantamento e descrição dos conhecimentos, trajetórias e percepções que acompanham um grupo central no ciclo de políticas públicas, os servidores públicos.

3. CARACTERIZAÇÃO DA PERCEPÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS NA ÁREA AMBIENTAL DO GRANDE ABC

A partir de formulário disponibilizado online, que contou com a participação de sete servidores públicos que trabalharam com políticas ambientais na Região do Grande ABC dos cinco municípios membros do Consórcio Intermunicipal Grande ABC até 2024, somado a entrevista online semiestruturada com representante da área ambiental do Consórcio, o estudo pretendeu levantar informações e caracterizar a percepção desses atores. A pesquisa foi realizada nos primeiros meses de 2025, em um período após mudança de governos.

Na busca por um maior entendimento sobre os elementos que compõem o complexo sistema que envolve as políticas públicas ambientais, o seguinte estudo entrou em contato com os servidores públicos que trabalham com políticas ambientais na região, em específico daqueles municípios que participavam dos debates em comum dentro do Consórcio Intermunicipal Grande ABC, que até 2024 tinha como membros: Diadema, Mauá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra e Santo André.

O estudo contou com ao menos um representante de cada um destes municípios que trabalhou em algum momento com políticas ambientais na região, com um total de sete respondentes ao formulário disponibilizado em formato *on-line*. O formulário tinha 27 perguntas, das quais 9 eram dissertativas e o restante de múltipla escolha, integrando estudo qualitativo e quantitativo em um método misto. As perguntas foram divididas em três blocos: o primeiro levantando a trajetória, capacitação, motivação e barreiras do servidor; a segunda identificando a percepção do servidor sobre os problemas e demandas da região na área ambiental; e a terceira sobre as potencialidades, possibilidades de boas práticas e perspectivas futuras.

Seguido do levantamento de tais dados, para maior aprofundamento, foi realizada entrevista semiestruturada com um representante do Consórcio Intermunicipal Grande ABC, que atuou com essa articulação e desenvolvimento de políticas públicas ambientais regionais. As perguntas apresentadas durante a entrevista seguiram a mesma orientação dos blocos disponíveis em formulário on-line e respostas fornecidas pelos demais servidores.

Apesar do histórico comum da criação de tais municípios, do processo de industrialização que marcou toda região e de possuírem características naturais semelhantes, com o mesmo bioma de Mata Atlântica e Áreas de Proteção de Mananciais, ainda sim há diferenças marcantes entre os municípios, que trazem diferentes visões para a mesa de debate e desenvolvimento de políticas públicas, algumas podendo ganhar mais peso que outras.

Além das especificidades dos próprios servidores, com suas subjetividades e percepções que advêm de diferentes trajetórias de formações, experiências de trabalho, contextos vivenciados, suas motivações, suas relações sociais e políticas.

Analisar as políticas públicas socioambientais que têm sido aplicadas, ou não, na região é de suma importância, uma vez que se trata de um local marcado por uma natureza e biodiversidade que presta serviços ecossistêmicos¹³ importantes para o meio ambiente¹⁴, para sustentabilidade e qualidade de vida não apenas da população que habita a região, como também para aqueles da metrópole paulista, e que se mostra ameaçada por diferentes dados, com uma sociedade que tem sofrido com eventos extremos.

Dentro disso, levantar e entender as percepções daqueles que estão sempre envolvidos de algum modo no ciclo das políticas públicas socioambientais ganha relevância. Qual a visão que esses servidores públicos têm acesso para enxergar problemas, demandas e caminhos possíveis para as soluções? Os servidores públicos, que lidam diariamente em suas rotinas profissionais de trabalho com o fazer público e com o desenvolvimento de políticas públicas, têm apontado para quais caminhos e têm enfrentado quais barreiras?

3.1. Trajetória com a temática ambiental: Motivações e Barreiras

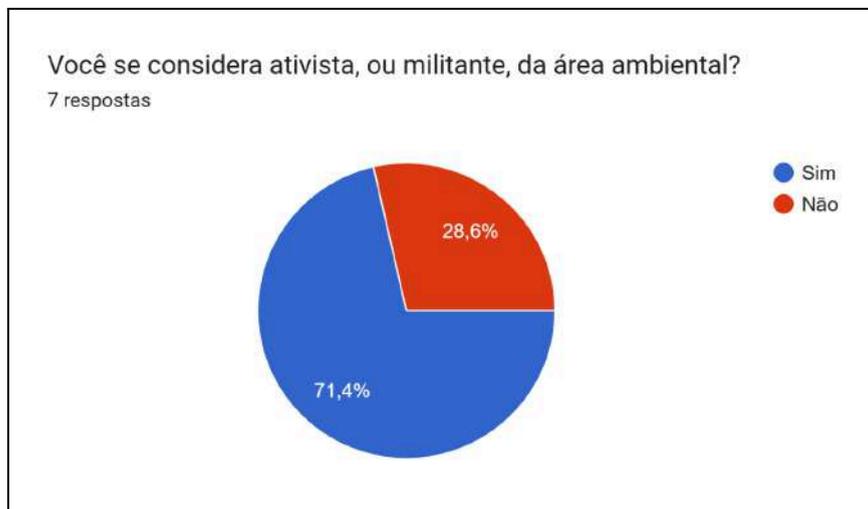
A trajetória é parte importante da construção das percepções e conhecimentos, composta por diferentes elementos, como relações interpessoais, formação acadêmica, capacitação técnica e tempo de experiência na área. Os representantes da área ambiental dos cinco municípios membros do consórcio até 2024, trabalharam na sua maior parte (57,1%) com políticas ambientais na região por mais de 12 anos, com o restante entre 6 a 12 anos nessa trajetória; experiências de anos, que acompanharam mais de uma gestão de governo. Destes, aproximadamente 60% teve sua formação profissional ligada à área ambiental e 70% afirmam que foi uma escolha própria trabalhar com políticas ambientais. Daqueles que afirmam ter escolhido, apenas um não se considera ativista, ou militante na área; enquanto daqueles que não escolheram, um passou a se considerar ativista, ou militante na área. Ao entrevistar o representante do Consórcio Intermunicipal Grande ABC, também com uma

¹³ “Os serviços ecossistêmicos são benefícios fundamentais para a sociedade gerados pelos ecossistemas, em termos de manutenção, recuperação ou melhoria das condições ambientais, refletindo diretamente na qualidade de vida das pessoas” (MMA)

¹⁴ “Meio ambiente (ou apenas meio ou ambiente) é a união de fatores biológicos (flora e fauna), físicos (solo, água, ar), químicos (salinidade, pH) e climáticos (temperatura, pluviosidade) que permite, cerca, abriga e afeta a vida em todas as suas formas. Ele é composto, portanto, por elementos naturais e humanos, que interagem entre si, no espaço. Portanto, o meio ambiente é o espaço de interação entre todos os seres vivos.” (SEMIL)

trajetória de mais de 12 anos na área na região, ele aponta que iniciou na área por uma anseio pessoal e preocupação em relação à proteção ambiental.

Gráfico 1 - Engajamento com a causa ambiental



As motivações e o desejo de continuar trabalhando na área foram levantadas e das duas pessoas que responderam não ter certeza se gostariam de continuar, uma justifica por não considerar ter a expertise e formação na área, reforçando a ideia de importância da capacitação para motivação dos servidores; enquanto o outro, que trouxe como justificativa as “dificuldades do sistema”, foi um dos únicos que afirmou não ser militante, ou ativista na área. Algo que reflete na relevância do engajamento com a temática na área, assim como ocorreu no caso nacional de greve dos servidores da área ambiental, no qual manifestaram que os servidores continuaram frente às limitações “por convicção na justa causa” (Conselho de Entidades da Ascema Nacional, 2024).

Entre aqueles que afirmam desejar continuar na área, as “falas” de justificativas se apresentam como: “Pois é algo em que acredito [...]”; “Porque acredito [...]”; “[...] vejo como propósito de vida”; “contribui”; “contribuo”; “Por ser algo essencial para sobrevivência das diversas espécies e nosso planeta”. As falas apontam para um sentido e valor pessoal, mas também da percepção de que as ações trabalhando em tal área tem algum efeito e contribuição positiva.

Mais de 70% dos respondentes participam de tomadas de decisões relacionadas às suas atividades e de demais, com implementação, acompanhamento e monitoramento de políticas públicas ambientais. Quase 60% trabalha com elaboração, ou fiscalização de políticas públicas ambientais, mas menos de 30% trabalha com avaliação de políticas

ambientais, caindo para menos de 20% para aqueles que trabalham com diagnóstico ambiental, parte essencial do ciclo de políticas públicas para garantia de maior eficácia, eficiência e efetividade.

Os participantes do estudo já atuaram em secretarias do Meio Ambiente, Segurança Alimentar e Educação, assumindo cargos como:

- Secretária (o)
- Agente Ambiental
- Analista de Planejamento e Meio Ambiente
- Coordenadora de Educação Ambiental
- Gestor (a) de departamento
- Gerente de Fiscalização Ambiental
- Diretor (a) de políticas públicas e assessoria ambiental
- Fiscal de contrato

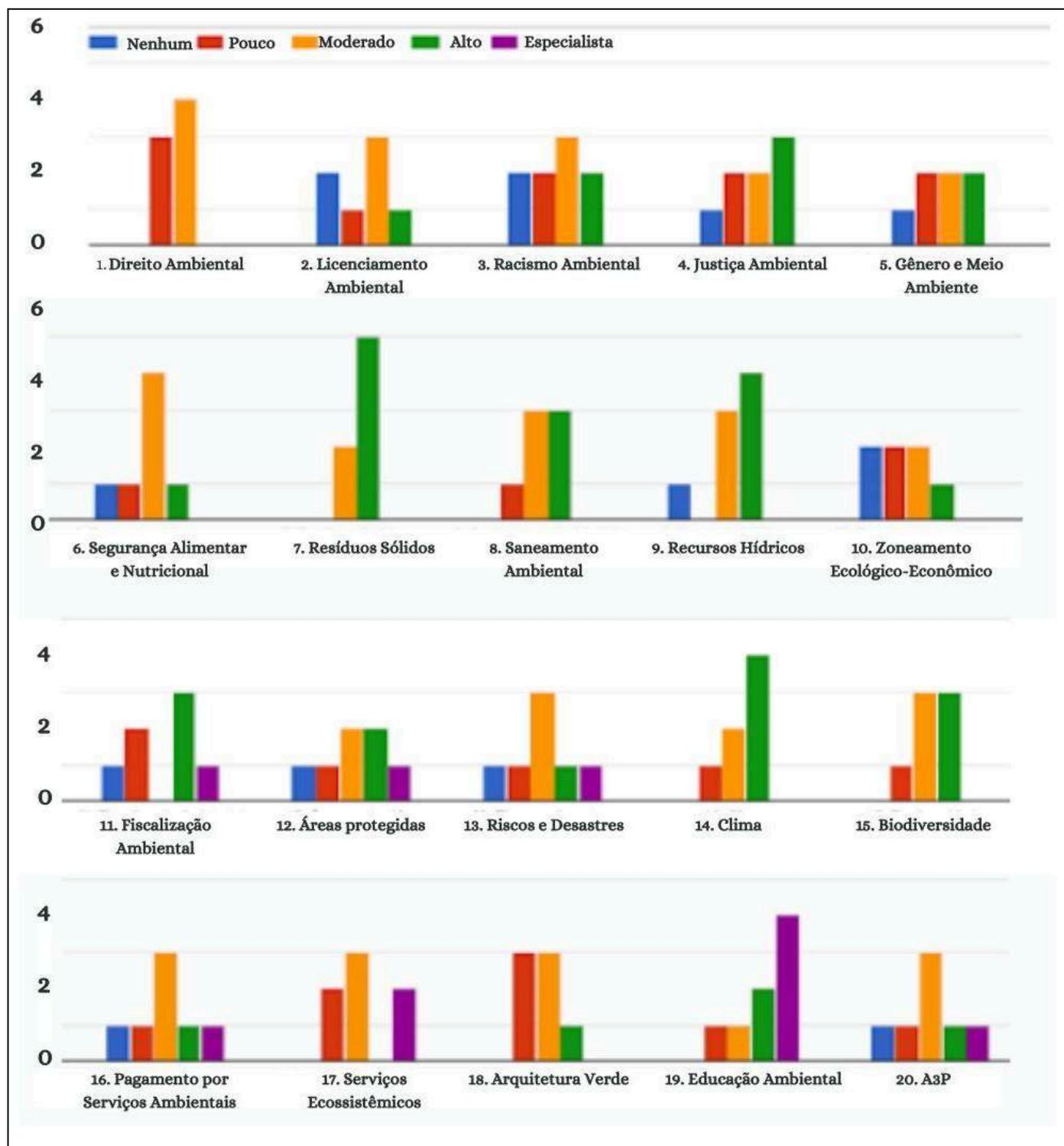
Quanto a capacitações, quase 85% apontou ter participado de cursos formativos no último ano e 70% indicou participar de algum espaço de diálogo relacionado ao tema. Mas ainda relataram que novas capacitações e formações para realização de suas atividades seriam importantes, quanto a temáticas como:

1. Direito Ambiental
2. Justiça e Racismo Ambiental
3. Pagamento por serviços ambientais
4. Zoneamento Ecológico Econômico
5. Serviços ecossistêmicos
6. Educação Ambiental
7. A3P (Agenda Ambiental na Administração Pública)
8. Resíduos Sólidos

Os três primeiros temas listados foram os mais mencionados pelos participantes, de uma listagem com 20 temas no total. Mas ao analisar o conhecimento de cada servidor por área, em uma autoclassificação de “nenhum”; “pouco”; “moderado”; “alto”; “especialista”; há uma manifestação bem diversa, por exceção de direito ambiental que se concentra entre

pouco e moderado; e resíduos sólidos que se concentra entre moderado e alto, conforme gráficos a seguir:

Gráfico 2 - Autoclassificação do conhecimento dos servidores públicos entrevistados em áreas socioambientais



É interessante notar a diversidade de conhecimento dentro do grupo e, assim, o potencial das trocas de experiências e técnicas em momentos de articulação, com todos os temas com ao menos um com alto conhecimento, ou especialista. Dentro desse grupo, as temáticas que mais chamam atenção para uma formação “externa”, com outros especialistas, pois a maior parte se classificou entre nenhum conhecimento e moderado são: Direito Ambiental, Licenciamento Ambiental, Segurança Alimentar, Zoneamento Ecológico-Econômico e Arquitetura Verde.

Durante a entrevista semiestruturada, o representante do consórcio, reforça a importância e diferença que um servidor pode fazer nos trabalhos regionais. Em sua fala, aborda como a área ambiental conta com muitos servidores engajados na temática, o “seu lado ativista”, com uma preocupação pelo meio ambiente. Ainda informou, que o perfil e experiência do servidor nomeado para participar dos encontros no consórcio faz muita diferença para o sucesso dos projetos, dado as expertises de tal com o tema que será trabalhado. Também aborda a importância dos concursados como técnicos especializados.

Quanto às principais barreiras para a execução de suas atividades, os servidores apontam em sua maioria para: “Engajamento/apoio dos gestores e tomadores de decisão” e “Falta de recursos financeiros”. A questão orçamentária analisada durante contextualização do território reaparece aqui nas percepções dos servidores no exercício de suas funções rotineiras. Em terceiro lugar indicam a “Articulação entre diferentes áreas”.

Durante a entrevista semiestruturada, o servidor reforçou como é uma área difícil, que exige “muito trabalho para pouco retorno” e como as políticas ambientais os resultados não são imediatos, assim como, os benefícios ambientais não são tão claros e simples de mensurar. É uma área complexa e apesar do desejo de continuar trabalhando na área, o representante mostrou um interesse, e certa demanda pessoal, em se capacitar mais e se especializar mais na parte de gestão de projetos, para conseguir prosseguir frente a tais desafios.

3.2. Problemáticas e demandas ambientais prioritárias na região

Ao olhar para os mesmos temas já listados¹⁵, foi questionado aos servidores quais aqueles considerados como demanda prioritária para tomadas de ações e dispêndio de recursos na secretaria de atuação. As temáticas “Clima” e “Educação Ambiental” receberam mais de 40% cada; e as temáticas empatadas em segundo lugar de prioridade com aproximadamente 30% cada foram “Resíduos Sólidos” e “Saneamento Ambiental”. Um aspecto interessante levantado, considerando as possibilidades de articulações entre os temas e intersetoriais, é de que representantes de um mesmo município apontaram para temas diferentes considerados como prioritários na sua respectiva secretaria. Além disso, algumas temáticas não receberam nenhum “voto”, entre elas: Direito Ambiental; Racismo Ambiental; Justiça Ambiental; Recursos Hídricos; Serviços Ecossistêmicos; e Arquitetura Verde.

Apesar de mais de 50% do território estar caracterizado como Área de Proteção de Mananciais, nenhum servidor apontou “Recursos Hídricos” como tema prioritário de sua secretaria. Mas no âmbito do consórcio, a questão da Billings sempre permeia as ações regionais, com um dos principais motivos: a disponibilidade de recursos específicos para trabalhar com o tema por meio do fundo FEHIDRO. Dentro desse tema, algumas políticas que têm tido maior atenção são os corredores verdes e a sinalização de áreas de mananciais. O representante do consórcio também menciona a Educação Ambiental como tema priorizado na área para a região, apesar de recente esse espaço de destaque com a retomada de grupo específico sobre.

Ao serem questionados se algum tema deveria ser trabalhado mais e ganhar maior suporte segundo a percepção deles foi mencionado: Educação Ambiental; Mudanças Climáticas; Direito Ambiental; Planejamento Urbano; “Responsabilidade dos servidores e empenho na solução e efetivação de projetos ambientais na prática sensível na resolução de problemas”. Interessante notar, que apesar de Clima e Educação Ambiental já serem dados como prioritários em suas secretarias, ainda apontam como temas que deveriam receber maior atenção e suporte. Os servidores descrevem então demandas e problemas mais alarmantes de tais temáticas presentes em seus municípios, registrados abaixo:

¹⁵ Direito Ambiental; Licenciamento Ambiental; Racismo Ambiental; Justiça Ambiental; Gênero e Meio Ambiente; Segurança Alimentar e Nutricional; Resíduos Sólidos; Saneamento Ambiental; Recursos Hídricos; Zoneamento Ecológico-Econômico; Fiscalização Ambiental; Áreas Protegidas; Riscos e Desastres; Clima; Biodiversidade; Pagamento por Serviços Ambientais; Serviços Ecossistêmicos; Arquitetura Verde; e A3P

Tabela 7 - Demandas e problemas mais alarmantes nas cidades

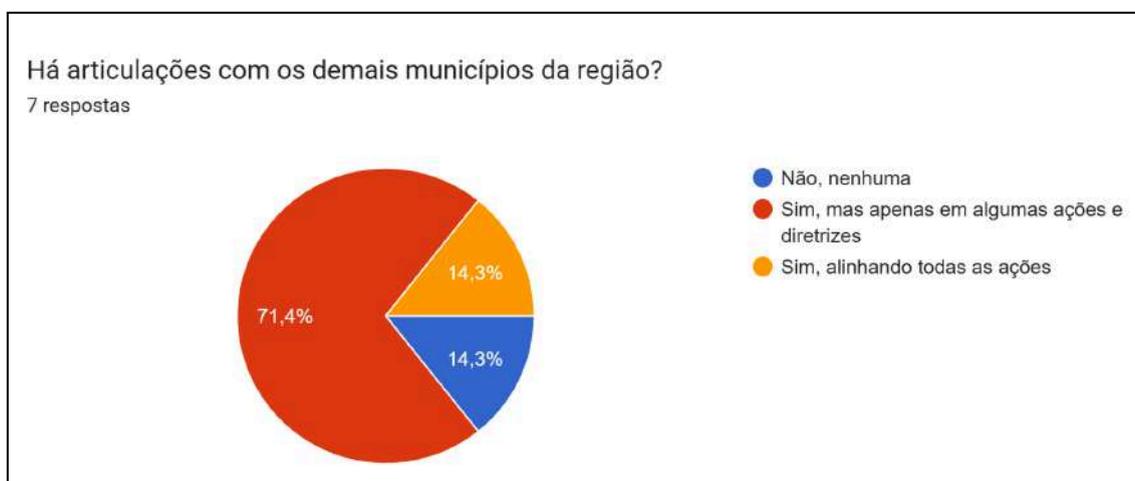
TEMAS	DEMANDAS
Educação ambiental	Projetos que trabalham com educação ambiental
Resíduos Sólidos	Falta de coleta seletiva em toda cidade
	A falta de sistema de coleta e transformação do resíduo orgânico das feiras livres
Biodiversidade, fauna e flora	Pouca arborização e paisagismo ambiental
	Demandas diária de resgate de animal silvestre
Gestão e Governança Ambiental	Ausência e empenho de alguns tomadores de decisões e servidores
	Falta de ações que articulação entre as políticas de Segurança Alimentar e Meio Ambiente na perspectiva de criar ações efetivas e complementares
Responsabilidade compartilhada	Pouca ação de empresas privadas em efetivar pactos e apoios de execução de programas ambientais
Infraestrutura e recursos	Falta de infraestrutura adequada para atender as demandas
	Falta de recursos, como veículos e agentes
	Pagamento por serviços ambientais
Licenciamento Ambiental	Licenciamento ambiental mais eficiente
Zoneamento territorial e fiscalização ambiental	Ocupação irregular
	A falta de reconhecimento e inclusão das hortas comunitárias nas estratégias de infraestrutura de sustentabilidade no território
	Mais fiscalização ambiental

Outras políticas ambientais ligadas à:	Segurança alimentar e nutricional
	Recursos hídricos
	Riscos e desastres

Na busca de soluções e respostas para tais demandas, os servidores apontam como principal desafio a falta de recursos financeiros (71,4%). Empatado em segundo lugar (57,1%), o desafio de “Engajamento/apoio dos gestores e tomadores de decisão” e “Articulação entre diferentes áreas”; em terceiro (28,6%) “Planejamento”. Os principais desafios apontados para aplicação de políticas ambientais eficazes estão alinhados com as principais barreiras para a execução das atividades diárias de tais servidores. Entre os desafios mais mencionados, está o de articulação, que em outra questão foi apontada como muito importante para o desenvolvimento das políticas públicas ambientais por 100% dos participantes.

A maior parte apontou que há articulação das ações dentro da própria secretaria, entre secretarias e até mesmo entre municípios, porém sem abarcar todas. Apenas o representante de Rio Grande da Serra, manifestou que não há articulação com os demais municípios; cabendo ressaltar que ao analisar as atas e listas de presenças, é um dos municípios de maior ausência nos grupos de trabalho do eixo de Gestão Ambiental do consórcio no ano de 2023. Tal representante também aponta como principais dificuldades para articulação: “Divergências de realidades, governança, falta de pessoal”.

Gráfico 3 - Percepção da Articulação entre os municípios



Entre os desafios mencionados pelos demais servidores públicos, destaco: interesse; compromisso; mobilização; engajamento; consenso; recursos; entendimento sobre intersectorialidade; gestores com visão apartidária e “A compreensão da importância da eficácia de um transporte articulado como estratégia de fortalecer as políticas em ações completas”. Apontamentos reforçados pelo mediador regional, que traz o desafio do engajamento e o envolvimento de todas as partes e setores em relação à área ambiental como uma dificuldade. Ainda relatou que as pessoas às vezes reagem às ações propostas como algo “chato” e de que há uma falta de entendimento; citando um exemplo ilustrativo, da tentativa de empregar uma política ambiental de economia e uso consciente. Além do engajamento, trouxe também em sua fala a falta de recursos para essas áreas e quando há são destinados para projetos específicos e pontuais, com poucos voltados para programas continuados - reforçando que a ausência de tais é uma das grandes dificuldades. Em outro momento da entrevista, cita um exemplo de priorização de tema por conta da disponibilidade de recursos específicos, com a possibilidade de arrecadação a partir do fundo FEHIDRO destinado a recursos hídricos no estado de São Paulo.

Ao pensar no ciclo de políticas públicas, isso registra como ele nem sempre se dá de forma linear e clara, mas as etapas se sobrepõem; dado que não foi a partir de um diagnóstico que a ação regional foi priorizada, mas se deu a partir de uma definição de agenda com a possibilidade de recursos, que depois implicou na realização de diagnóstico específico ao tema, que se deu como parte do Projeto de Sinalização de Mananciais por entendimento dos servidores envolvidos de que essa era etapa essencial. Mas ainda não há um programa continuado em relação a Billings e ao saneamento, que ainda não tem um GT específico, apesar de ser uma questão regional importante, e que ele acredita que deveria ser priorizado, a gestão da água não está na competência dos municípios, mas sim com a SABESP e acaba por ficar mais de fora nos debates.

Quanto à articulação, o representante do Consórcio aborda que apesar de já haver uma identidade regional ainda é um desafio no processo de mediação o entendimento sobre a importância de participação de todos para projetos regionais e o “convencimento de que um projeto mesmo que não beneficie 100% um município, beneficiar o município do lado também é importante para aquele. A consciência regional é algo que é sempre um desafio para se galgar”.

No âmbito regional, há diferentes formas das ações serem debatidas, o que pode ser determinado por uma demanda da assembleia de prefeitos, uma demanda da sociedade civil ao Consórcio, ou o Grupo de Trabalho do consórcio apresentar essas ações prioritárias em seu

planejamento estratégico, com duração de 4 anos e revisão anual - este último de maior predominância na definição das pautas, o que reforça a relevância desses atores para as políticas ambientais regionais.

Os grupos de trabalho têm uma grande variedade de perfil dos membros, das mais diversas áreas e cada município com suas especificidades, alguns com demandas ambientais maiores, como aqueles de território 100% em áreas de mananciais, com processo de uso e zoneamento do solo diferente dos demais. Assim, por exemplo, a percepção e necessidade de debater novas formas de compensação financeira por produção de água será destacada mais por uns do que outros e o peso do tema dependerá da decisão do grupo. Além disso, o engajamento da gestão em trabalhar com certos grupos de trabalhos também respaldam na priorização, ou não, do tema trabalhado por aquele GT.

A gestão e a conscientização dos secretários das pastas também afetam o engajamento e presença dos servidores em cada uma das discussões, o que pode alternar com mudanças de governo. O representante do consórcio também informou que nem sempre há um quórum de todos os municípios em todos os grupos de trabalho, mas que os projetos não são paralisados e seguem caso haja interesse daqueles que estão participando. A maior justificativa para não participar dos encontros é o “tempo”, pois as equipes nos municípios são reduzidas e há uma alta carga de trabalho, não uma “má vontade” de participação. Os recursos e condições de trabalho podem assim ter efeitos sobre as percepções, motivações e fazer público dos servidores. Além disso, a dificuldade de locomoção para estar nos encontros de articulação, apesar da “centralidade” da sede do consórcio em Santo André para os demais municípios, as vezes o servidor não tem disponibilidade de carro para chegar até o local - algumas ações têm sido implementadas para facilitar o acesso de todos a esse espaço, como encontros híbridos (presenciais, mas com transmissão on-line).

3.3. Potenciais para as políticas ambientais na região

Em busca de uma cidade “verdadeiramente” sustentável, resiliente, saudável, mais justa, com mais vegetação, solos permeáveis, ambientes equilibrados com fauna e flora, saneamento ambiental, segurança, áreas de lazer e munícipes engajados, preocupados e conscientes com as questões ambientais, por “uma cidade que não fique só no discurso da importância da APRM, mas que realmente se importe com essa região”, os servidores públicos têm trabalhado na execução das políticas ambientais. Foram essas palavras utilizadas para descrever a cidade que esperam a partir das políticas ambientais. Interessante

notar que algumas falas apresentavam uma perspectiva da cidade promovendo a justiça socioambiental, outras nas quais os cidadãos conscientes que promoveriam as mudanças, e algumas com a responsabilização pela transformação compartilhada, todas visando uma cidade com acesso aos elementos naturais e um meio ambiente saudável de modo sustentável. Algumas ações consideradas positivas e casos de boas práticas dos municípios na área foram citadas, como:

Tabela 8 - Boas Práticas: Ações consideradas de sucesso

TEMAS	AÇÕES
Promoção da Educação ambiental	Formações com agricultores de hortas comunitárias
	Hortas voltadas à agroecologia
	“Projeto Guaruzinho” e observando os rios
	Jardim de borboletas
	“Apadrinhamento” de mudas nativas por estudantes
Gestão de Resíduos Sólidos	Projeto “Olho Vivo” de coleta de óleo
	Coleta seletiva
	Reciclagem em prédios públicos
	Plataformas como “Mauá Recicla”
Promoção da Biodiversidade	Plantio de árvores e de mudas nativas
	“Projeto Abelhas da Mata”, que consiste de distribuição de colméias de abelhas nativas pela cidade
Gestão e Governança Ambiental	Planejamento estratégico entre as pastas, por meio de um plano de metas
	Interlocução entre os agricultores das hortas comunitárias

Responsabilidade compartilhada	Parcerias com empresas de compensação
Direito Ambiental	Base regulatória rígida e pioneira
Saúde Ambiental	“Controle populacional de animais”
Outros	“paisagismo e embelezamento de áreas degradadas”

No âmbito regional, três ações foram destacadas como casos de sucesso, com efeitos positivos e exemplos potenciais para a replicação: o processo de articulação ambiental para projetos dos PRIS (Programas de Recuperação de Interesse Social nas Áreas de Mananciais); as captações de recursos via FEHIDRO e o Plano de Sinalização em APRM; e o Plano Regional de Enfrentamento às Mudanças Climáticas.

O processo de articulação para os PRIS na época de 2012, foi destacado por ser uma demanda inicial dos técnicos para regularização da Lei da Billings e por envolver diferentes atores, pois a partir dessa demanda foi criado um grupo de licenciamento ambiental que tinha participação do estado, de representantes da CETESB, da área ambiental e de habitação, formando um grupo muito rico de processos de discussões, com diversas reuniões nas quais os municípios puderam defender o seu ponto de vista e foi uma regulamentação “pela primeira vez” que não veio de cima para baixo e mostrou o poder de articulação por meio do consórcio.

O papel do Consórcio na captação de recursos via FEHIDRO também foi destacado, com a conquista de recursos para projetos importantes, com o exemplo do Plano de Sinalização em Áreas de Proteção e Recuperação de Mananciais, no qual “pela primeira vez” as placas de sinalização serão inseridas por meio de um projeto que fez um planejamento considerando o uso e ocupação do solo, o conhecimento da população local, um estudo e diagnóstico, sem “a colocação de placas de forma aleatória”. O projeto é um exemplo para outras áreas e ações sobre a importância de ter um planejamento estruturado e baseado tecnicamente com dados do porquê está sendo feito.

O último caso citado de boas práticas pelo representante foi o Plano Regional de Enfrentamento às Mudanças Climáticas, em um período no qual o debate sobre a temática estava ganhando maior destaque, mas ainda não haviam muitas políticas regionais nessa área, sendo esse o primeiro plano regional sobre o tema, elaborado em 2015 e publicado em 2016. Uma ação pioneira e muito importante para a região. Apesar de não ter tido uma continuidade

de acompanhamento para implementação, as demais ações que foram elaboradas no consórcio na área ambiental seguiam o plano como base.

Os servidores também destacaram os aspectos ambientais positivos e negativos dos municípios e regiões, dentre os quais:

Tabela 9 - Elementos Naturais das Cidades: Percepção dos servidores dos aspectos positivos e negativos

Cidade	Aspectos Ambientais Positivos	Aspectos Negativos
Mauá	Fundos de vale importantes	Fundos de vale degradados “pela falta de consciência, articulação e acompanhamento do poder público no zoneamento da cidade com justiça social”
Santo André	Áreas de mananciais	Esgoto nos rios
Santo André	87 km ² de APRM em Santo André, “boa parte ainda sem ocupação e bem preservada”	-
Santo André	UCs	-
Diadema	Hortas comunitárias	-
Diadema Mauá	Parque ecológico e parques municipais com sua biodiversidade e manutenção do microclima	-
Ribeirão Pires	Grande área vegetada na cidade	-
Rio Grande da Serra	Trilhas eco- turísticas	-
Rio Grande da Serra	Plantio do Cambuci	Escassez de água no espelho d’água da cidade
Rio Grande da Serra	Pedreira histórica	Mortandade de peixes
Rio Grande da Serra	Ecoturismo e desenvolvimento econômico	Descarte irregular de resíduos sólidos

Ao serem questionados “Sobre os elementos naturais que compõem o meio ambiente da sua cidade, há algum que se destaca por trazer impactos positivos, ou negativos?”, a maior

parte dos servidores pensou nos aspectos positivos ligados aos elementos naturais. É interessante notar também, que um dos servidores, representante do município de menor base orçamentária da região, traz uma relação positiva entre os elementos naturais e o desenvolvimento econômico.

CONCLUSÃO

“Somos alertados o tempo todo para as consequências dessas escolhas recentes que fizemos”, já disse Krenak em um ano que caminhávamos para enfrentar uma grande pandemia, a do COVID-19. Durante esse período de crise, todos concordavam com a necessidade de mudanças e discursos sobre a necessidade de novos modos de vida eram registrados nas grandes mídias e redes sociais. Um acontecimento que reforçou os impactos que podem ser causados pelo modo como interagimos com os demais elementos da natureza, dado que essa doença zoonótica é transmitida entre animais e seres humanos, com surtos desse tipo de doença cada vez mais frequentes por conta do modo de vida hegemônico atualmente, marcado por impactos negativos ao meio ambiente com degradação e desequilíbrio do ecossistema (UNEP, 2020). Outro exemplo, são as arboviroses e o risco anualmente presente da dengue, cada vez mais intenso com o aumento da temperatura e descarte irregular de resíduos nas cidades.

Mas os diversos alertas, com movimentos ambientalistas e estudos científicos marcantes desde 1970 - como Clube de Roma (1968), “Limites do Crescimento” (1972), “Nosso Futuro Comum” (1987) - e a saída da pandemia não significaram uma efetiva transformação dos modos de vida. A crise ambiental e emergência climática, com os riscos cada vez mais presentes de eventos extremos como inundações, estiagem e desmoronamento, reflete em “gritos” por ações públicas para garantia de um meio ambiente de qualidade e saudável, de cidades sustentáveis e resilientes, para garantia do direito à vida. As políticas ambientais ganham centralidade, quando tais “gritos” se tornam demandas prioritárias dessa sociedade. Em um contexto que não exige mais apenas ações de prevenção, mas também de remediação, mitigação e adaptação.

No Brasil, foi desenvolvida uma base regulatória para o desenvolvimento de políticas ambientais e garantia de um meio ambiente de qualidade como um direito constitucional (Brasil, 1988). A partir de diversas demandas ambientais, muitas políticas ambientais foram desenvolvidas, mas muitos problemas persistiram, se alarmaram e novos surgiram. A análise de tais políticas e a realização de diagnósticos das demandas prioritárias são essenciais para a

garantia de ações efetivas, eficazes e eficientes para a realidade enfrentada por determinada sociedade. Dentro desse ciclo de políticas públicas, os atores e suas percepções têm grande influência no desenvolvimento, ou não, da política. Em especial os servidores públicos, que estão sempre envolvidos profissionalmente em alguma etapa desse ciclo.

O entendimento do que é demanda prioritária, o conhecimento sobre o tema, suas experiências e relações interpessoais influenciam no processo de tomada de decisão nas diferentes etapas desse ciclo. Por isso, tamanha importância entender quais são as visões de tais técnicos, o que é dado como demanda prioritária, quais são os caminhos tidos como soluções possíveis e quais são os limites para o desenvolvimento das políticas ambientais por eles. O que aqueles que têm trabalhado diariamente para a transformação desse contexto socioambiental têm visto e definido? As percepções ambientais dos servidores podem determinar o desenho e implementação de uma política, se terá um perfil conservador, preservador, ou holístico, por exemplo. Uma área na qual diversos conceitos ainda estão em disputa e debate, como a própria noção de Desenvolvimento Sustentável, criticada por diversos ambientalistas, e a discussão entre limites ambientais e desenvolvimento econômico.

Ao recortar e olhar para o contexto específico do Grande ABC, diversas demandas socioambientais se fazem presentes, como no Brasil e no globo, cada qual com suas especificidades. A região formada por sete municípios que compartilham fronteiras e diversas similaridades, como uma importância hídrica e considerável cobertura vegetal espalhada pelo território, com suas Áreas de Proteção e Recuperação Ambiental, também tem suas diversidades e dificuldades socioambientais. Os elementos naturais, as ocupações irregulares e os impactos socioambientais não tem fronteiras claras delimitadas, e ter uma “Consciência Regional” se torna parte essencial para a percepção ambiental de tais servidores, que durante a pesquisa apontaram todos para a importância da articulação, mas como algo complexo e desafiador.

Os municípios da região apresentam uma diversidade de condições de recursos, demográficas, ambientais, de capacidade técnica e de demandas, apesar das similaridades e consensos regionais. Enquanto há dois municípios com seus territórios 100% em área de mananciais (Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra), e um que tem 0% do seu território em tais áreas (São Caetano do Sul).

Este último, em diversos índices ambientais como Índice de Domicílios em Áreas de Risco, Segurança Hídrica e no Indicador de Coleta e Tratabilidade de Esgoto da População Urbana, apresenta um grau menos crítico que os demais da região; porém, ao olhar para o indicador de vulnerabilidade socioambiental, devido sua alta densidade populacional, pouca

cobertura vegetal e disponibilidade de recursos hídricos, este ainda se encontra em um grau de atenção. Alguns dos municípios sofrem com os riscos da degradação dos elementos naturais que compõem seu território, outros sofrem por não ter tais elementos. Os impactos ambientais do não acesso a um meio ambiente de qualidade ameaça a todos da região, como as ondas de calor e enchentes.

Diante de tal contexto, os servidores públicos com uma experiência de mais de 6 anos, a maior parte com mais de 12 anos, trabalhando com políticas ambientais na região do Grande ABC, durante diferentes governos, apresentaram suas visões dos problemas, desafios e potencialidades. As demandas e problemas dados como prioritários na região são: Educação Ambiental; Clima; Resíduos Sólidos; Saneamento Ambiental; e Billings. Mas os servidores destacam que alguns temas como Educação Ambiental, Mudanças Climáticas, Direito Ambiental, Planejamento Urbano e engajamento dos servidores deveriam receber maior atenção.

Ao analisar os principais desafios para a realização de suas atividades e desenvolvimento de políticas públicas, os principais tópicos citados são: recursos, articulação, planejamento, engajamento dos gestores e ausência de programas regionais continuados na área. Apesar de representarem municípios que já possuem uma identidade regional e certa cultura de articulação entre as cidades, esse processo ainda é um desafio.

Além disso, durante a fala do representante do consórcio foi dado como um desafio relevante a sobrecarga de trabalho diante de equipes pequenas que trabalham na área, o que pode refletir na dificuldade de engajamento e no fazer público. Os recursos e condições de trabalho dos servidores públicos como elemento essencial para o desenvolvimento das políticas. O estudo ainda trouxe a questão de ser uma área complexa, com políticas com resultados e benefícios de difícil mensuração e percepção, que não costumam ser imediatos e geram uma sensação de “muito trabalho para pouco retorno”. Diante dos desafios, a capacitação nos temas de trabalho, mas também no próprio processo de desenvolvimento de uma política e da gestão pública se mostra importante.

As respostas também reforçaram a predominância de agentes engajados com a causa e a importância desse envolvimento para a continuidade mesmo em frente a tantos desafios e complexidade do sistema que permeia as políticas ambientais. Além disso, o conhecimento técnico e capacitação para exercer suas atividades são parte essencial tanto para motivação e continuidade do servidor, como para o sucesso das ações. Diante da diversidade de conhecimentos, experiências e técnicas, os encontros de articulação e trocas ganham mais importância para compartilhamento de saberes e expansão do alcance de suas ações.

Entre as ações de destaques já desenvolvidas na região, são citados exemplos como: ações de educação ambiental, base regulatória, o processo de articulação ambiental para projetos dos PRIS, o Plano de Sinalização em APRM e o Plano Regional de Enfrentamento às Mudanças Climáticas. Dentro de tais exemplos, algumas boas práticas que acreditam ser de sucesso e de importância de replicação são: o pioneirismo e inovação nas ações regionais; a capacidade de articulação com diferentes atores e posicionamento dos municípios frente a outros entes; ações *bottom up*, com participação e escuta de diferentes atores; ações com planejamento estruturado, baseado em dados e diagnóstico; definição de diretrizes para as demais ações. Mas algumas das boas práticas ainda são casos isolados, que precisam de estratégias de replicação e gestão do conhecimento.

Por fim, o estudo registra que tais servidores públicos esperam por ver uma cidade uma cidade “verdadeiramente” sustentável, resiliente, saudável, mais justa, com mais vegetação, solos permeáveis, ambientes equilibrados com fauna e flora, saneamento ambiental, segurança, áreas de lazer e munícipes engajados, preocupados e conscientes com as questões ambientais, em uma região com tantos serviços ecossistêmicos. A criação de redes, trocas de experiências e construção conjunta dessa nova realidade aparecem como pontos-chaves. O fortalecimento de percepções ambientais e valorização das políticas ambientais para a construção de novos conhecimentos e realidade correspondente aos direitos humanos e constitucionais.

Diante das diversidades entre os municípios e servidores, novos estudos com maior amostragem por município são recomendados, com observatórios em campo e momentos com entrevistas de grupos focais com a presença das diferentes cidades da região. Mapear as percepções dos outros atores que definem as pautas trabalhadas regionalmente, sociedade civil e prefeitos, também ganha importância para análise e avaliação das políticas públicas ambientais regionais. Nem sempre as etapas do ciclo de políticas públicas se dão de forma linear e clara, mas uma cultura de realização de diagnósticos, monitoramento e avaliação de políticas públicas pode ser disseminada entre o corpo burocrático das cidades para uma maior eficiência, eficácia e efetividade das ações.

ANEXO I - ROTEIRO DAS ENTREVISTAS

Entrevista Semiestruturada:

A. Trajetória e Dinâmica de Trabalho

1. Qual sua trajetória na área ambiental?
2. Por que iniciou nesta área?
3. Você tem vontade de continuar atuando nessa área? Por que?
4. Quais são as maiores dificuldades na sua rotina de trabalho com políticas ambientais?
5. Quais são os maiores desafios na mediação de ações articuladas entre municípios e servidores públicos?

B. Problemas e Demandas Ambientais Prioritários na Região

1. Quais ações têm sido priorizadas pelos municípios na Região do Grande ABC?
2. Você acredita que esses são os problemas ambientais prioritários da região? Há outra demanda que você acha que deveria ser priorizada?
3. Como se dá o processo de tomada de decisão para uma política ambiental regional?
4. Há uma divergência de percepção entre os municípios sobre as demandas ambientais? Eles se mobilizam da mesma forma em todos os grupos de trabalho, ou se dedicam mais em alguns?
5. Os representantes dos municípios reforçaram a importância da articulação, mas que há grande dificuldade. Todos os municípios participam constantemente das reuniões e grupos de trabalho do consórcio? Quais justificativas mais utilizadas por aqueles que não conseguem participar?
6. Você percebe na dinâmica dos grupos de trabalho, que os servidores nomeados fazem diferença no sucesso de uma política ambiental regional? (considerando aspectos como experiência, engajamento, motivação e percepções)

C. Potencialidades e Expectativas Futuras

1. Tem algum caso de boas práticas na região que foi muito marcante para você e que você acredita ser um grande exemplo de política ambiental? Por que você acha que deu certo e o que deveria ser replicado?
2. Quais mudanças você espera com as políticas ambientais na região?

Roteiro Survey online, no google forms:

Servidores Públicos e as Políticas Públicas Ambientais no Grande ABC

Formulário de pesquisa sobre as percepções dos servidores públicos da área ambiental sobre políticas ambientais no Grande ABC Paulista, parte de estudo de Conclusão de Curso. A pesquisa se inicia após aceite de convite para participação voluntária no estudo, descrito abaixo:

REGISTRO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezada (o), o seguinte documento é um convite para participação na **pesquisa intitulada “A VISTA DAQUELES QUE FAZEM POLÍTICAS AMBIENTAIS: Uma análise descritiva sobre a percepção de servidores públicos em relação às questões ambientais na região do Grande ABC Paulista”**, referente a Trabalho de Conclusão de Curso de estudante de **Bacharelado em Políticas Públicas, na Universidade Federal do ABC**. Você está sendo **convidada (o)**, por fazer ou ter feito parte do fazer público no âmbito das políticas ambientais. **O objetivo da pesquisa é compreender e descrever quais são as percepções dos servidores públicos que trabalham na área ambiental, sobre desafios, demandas e potencialidades no contexto socioambiental e políticas ambientais da região.** O seguinte estudo será conduzido pela **estudante Beatriz Sampaio Miguel**, orientada pelo professor José Raimundo Sousa Ribeiro Junior, da UFABC; e visa **reforçar o olhar para a centralidade dos servidores públicos no ciclo de políticas públicas**, assim como, **gerar subsídios** para análise de políticas ambientais e planejamento de ações para promoção de proteção ambiental na região do Grande ABC Paulista, a partir da experiência pública local.

Esse **convite** é um termo de consentimento livre e esclarecido – isto significa que ele serve para documentar a sua concordância em participar da pesquisa, sem nenhum tipo de pressão e com todas as informações importantes sobre a sua participação.

a) Dos procedimentos: A pesquisa se dará por meio de formulário online, com perguntas alternativas e algumas descritivas, com um tempo médio de resposta de 60 minutos, em um formulário dividido em 4 seções, contando com essa inicial de consentimento de participação no estudo.

b) Dos desconfortos/riscos: A pesquisa possui riscos mínimos aos participantes, tal como desconforto ou medo de ser identificado a partir de suas respostas; e adota metodologia estratégica de pesquisa pensada para redução de tal risco ao coletar os dados de forma anônima, sem registrar, nem relacionar as respostas ao indivíduo.

c) Benefícios: O estudo visa fornecer dados que possam subsidiar ações pensadas nas condições de trabalho de servidores públicos e reforçar o olhar para a importância de tais atores no ciclo de políticas públicas e para políticas ambientais. As informações levantadas podem ser revisadas em estudos mais aprofundados de análise de políticas ambientais e utilizadas para planejamento de ações de promoção de proteção ambiental na região do Grande ABC Paulista, a partir da experiência pública local e abordagem das especificidades do seu contexto, buscando uma maior eficácia e efetividade. Os dados

sistematizados poderão ser utilizados pelos próprios participantes da pesquisa no seu fazer público.

d) Do acompanhamento: Em qualquer etapa do estudo, você terá acesso aos profissionais responsáveis pela pesquisa para esclarecimento de eventuais dúvidas. O principal investigador é José Raimundo Sousa Ribeiro Junior, que pode ser encontrado no endereço jose.raimundo@ufabc.edu.br. Se você tiver alguma consideração ou dúvida sobre a ética da pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da UFABC, localizado na Avenida dos Estados, 5001, Bloco A, Torre 1, 1º andar, na Sala da Secretaria Geral, Santo André, SP 09210-580 - telefone: (11) 3356-7632, e-mail: cep@ufabc.edu.br. O Comitê de Ética em Pesquisa é um comitê independente do/a pesquisador/a que tem como missão verificar a condução ética de estudos com voluntários humanos; visite cep.ufabc.edu.br para mais detalhes.

e) Garantia de plena liberdade: É garantida a liberdade da retirada de consentimento a qualquer momento e deixar de participar do estudo, sem qualquer prejuízo à continuidade de seu eventual atendimento na(s) instituição/ões envolvida(s) nesta pesquisa.

f) Da garantia de sigilo e privacidade: As informações obtidas serão analisadas em conjunto com as de outros voluntários, não sendo divulgada a identificação de nenhum participante.

g) Da documentação: Você receberá uma via deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, junto das respostas dadas no formulário, no e-mail em que fizer o *login* para preencher o seguinte formulário.

h) Do ressarcimento: Não há despesas pessoais para o participante em qualquer fase do estudo, incluindo, quando existirem, exames e consultas. Também não há compensação financeira relacionada à sua participação. Se existir qualquer despesa adicional, ela será absorvida pelo orçamento da pesquisa.

i) Do direito a garantia de indenização: Em caso de dano pessoal causado pelos procedimentos deste estudo, você tem direito de solicitar indenizações legalmente estabelecidas.

j) Do acesso aos resultados: Você tem direito de ser mantido atualizado sobre os resultados parciais das pesquisas ou de resultados que sejam do conhecimento dos pesquisadores

* Indica uma pergunta obrigatória

1. E-mail *

2. **j.1)** Caso deseje ser atualizado sobre os resultados da pesquisa, informe e-mail para comunicação:

3. **h) Você autoriza que os dados coletados nesta pesquisa possam ser utilizados em pesquisas futuras?** *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

4. ACREDITO ter sido suficientemente esclarecido a respeito das informações que li ou que foram lidas para mim, descrevendo o estudo “A VISTA DAQUELES QUE FAZEM POLÍTICAS AMBIENTAIS: Uma análise descritiva sobre a percepção de servidores públicos em relação às questões ambientais na região do Grande ABC Paulista”. Ficaram claros para mim quais são os propósitos, os procedimentos a serem realizados, seus desconfortos e riscos, as garantias de confidencialidade e de esclarecimentos permanentes. Ficou claro também que minha participação é isenta de despesas. Concordo voluntariamente em participar deste estudo e poderei retirar o meu consentimento a qualquer momento, antes ou durante o mesmo, sem penalidades, prejuízo ou perda de qualquer benefício que eu possa ter adquirido, ou no atendimento que recebo nesta instituição. *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Um olhar para sua trajetória com políticas ambientais

5. Município no qual trabalhou com políticas ambientais, ou ações ligadas ao âmbito *

Marque todas que se aplicam.

Diadema

Mauá

Rio Grande da Serra

Ribeirão Pires

Santo André

São Bernardo do Campo

São Caetano do Sul

6. Qual o último cargo e secretaria que trabalhou com políticas ambientais, ou ações ligadas ao âmbito?
-

7. Você trabalha com políticas ambientais na região do Grande ABC, ou ações ligadas ao âmbito, há: *

Marcar apenas uma oval.

- menos de 6 anos
- mais de 6 anos, menos de 12 anos
- mais de 12 anos

8. Sua formação profissional é ligada a área socioambiental? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

9. Foi uma escolha sua trabalhar com políticas ambientais? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

10. Você se considera ativista, ou militante, da área ambiental? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

11. Você trabalha com: *

Marque todas que se aplicam.

- Elaboração de Políticas Ambientais
- Implementação de Políticas Ambientais
- Acompanhamento e monitoramento de Políticas Ambientais
- Avaliação de Políticas Ambientais
- Diagnóstico Ambiental
- Fiscalização Ambiental

12. Na sua rotina de trabalho, você: *

Marcar apenas uma oval.

- Apenas executa as atividades delegadas a você
- Em alguns processos decisórios relacionados as suas atividades é consultado
- Participa das tomadas de decisões relacionadas as suas atividades
- Participa das tomadas de decisões relacionadas as suas atividades e de demais

13. Você participa de algum espaço de diálogo relacionado ao tema? *

Ex.: grupos de trabalho, comitês, conselhos, grupos de estudo

Marcar apenas uma oval.

- Sim, com datas de encontros periódicos e constantes
- Sim, com encontros eventuais
- Não

14. Você participou de cursos formativos sobre o assunto? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim, mais de uma vez no último ano
- Sim, uma vez no último ano
- Sim, mas já faz mais de um ano
- Não lembro a última vez que participei
- Não, nunca.

15. Como você classificaria o seu conhecimento nas seguintes áreas socioambientais? *

Marque todas que se aplicam.

	nenhum	pouco	moderado	alto	especialista
1. Direito Ambiental	<input type="checkbox"/>				
2. Licenciamento Ambiental	<input type="checkbox"/>				
3. Racismo Ambiental	<input type="checkbox"/>				
4. Justiça Ambiental	<input type="checkbox"/>				
5. Gênero e Meio Ambiente	<input type="checkbox"/>				
6. Segurança Alimentar e Nutricional	<input type="checkbox"/>				
7. Resíduos Sólidos	<input type="checkbox"/>				
8. Saneamento Ambiental	<input type="checkbox"/>				
9. Recursos Hídricos	<input type="checkbox"/>				
10. Zoneamento ecológico-econômico	<input type="checkbox"/>				
11. Fiscalização Ambiental	<input type="checkbox"/>				
12. Áreas protegidas	<input type="checkbox"/>				
13. Riscos e desastres	<input type="checkbox"/>				

14. Clima

14. Círculo	<input type="checkbox"/>				
15. Biodiversidade	<input type="checkbox"/>				
16. Pagamento por serviços ambientais	<input type="checkbox"/>				
17. Serviços ecossistêmicos	<input type="checkbox"/>				
18. Arquitetura verde	<input type="checkbox"/>				
19. Educação Ambiental	<input type="checkbox"/>				
20. A3P	<input type="checkbox"/>				

16. Quais dos temas acima seria importante a disponibilização de mais formações e capacitações para a realização de suas atividades?

Cite apenas a numeração de no máximo 3 temas que considere prioritário para sua área de atuação (Ex.: 1; 2; 3)

17. Quais são as principais barreiras para a realização do seu serviço diário? *

Marque todas que se aplicam.

- Falta de informações/dados
- Falta de formações e conhecimentos específicos
- Engajamento/apoio dos gestores e tomadores de decisão
- Pouca governança/autonomia
- Falta de recursos financeiros
- Falta de recursos técnicos
- Falta de tempo
- Articulação entre diferentes áreas
- Complexidade do problema
- Mobilização
- Planejamento
- Falta de um consenso
- Outro: _____

18. Você deseja continuar trabalhando na área? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não
- Não tenho certeza

19. Por que deseja continuar, ou não, atuando na área? *

Problemas e Demandas Ambientais Prioritárias

20. Quais os temas considerados como demanda prioritária para tomadas de ações e dispêndio de recursos na sua secretaria? *

Marque todas que se aplicam.

- Direito Ambiental
- Licenciamento Ambiental
- Racismo Ambiental
- Justiça Ambiental
- Gênero e Meio Ambiente
- Segurança Alimentar e Nutricional
- Resíduos Sólidos
- Saneamento Ambiental
- Recursos Hídricos
- Zoneamento ecológico-econômico
- Fiscalização Ambiental
- Áreas protegidas
- Riscos e desastres
- Clima
- Biodiversidade
- Pagamento por serviços ambientais
- Serviços ecossistêmicos
- Arquitetura verde
- Educação Ambiental
- A3P
- Outro: _____

21. Há algum tema que deveria ser trabalhado mais e ganhar maior suporte?

22. Dentro dos temas apontados, cite exemplos das demandas/problemas mais alarmantes na sua cidade *

Liste até cinco demandas em ordem de prioridade

23. Quais os principais desafios para a aplicação de políticas ambientais que respondam a tais demandas prioritárias? *

Marque todas que se aplicam.

- Falta de informações/dados
- Falta de formações e conhecimentos específicos
- Engajamento/apoio dos gestores e tomadores de decisão
- Pouca governança/autonomia
- Falta de recursos financeiros
- Falta de recursos técnicos
- Falta de tempo
- Articulação entre diferentes áreas
- Complexidade do problema
- Mobilização
- Planejamento
- Falta de um consenso
- Outro: _____

24. Há articulação entre as ações ambientais aplicadas na sua secretaria? *

Marcar apenas uma oval.

- Não, nenhuma
- Sim, mas ainda há dificuldade para articular todas
- Sim, todas estão de algum modo articulado

25. Há articulações com outras secretarias? *

Marcar apenas uma oval.

- Não, nenhuma
- Sim, mas apenas em algumas ações e diretrizes
- Sim, alinhando todas as ações

26. Há articulações com os demais municípios da região? *

Marcar apenas uma oval.

- Não, nenhuma
- Sim, mas apenas em algumas ações e diretrizes
- Sim, alinhando todas as ações

27. Quão importante você considera a promoção de tais articulações para o desenvolvimento das políticas públicas ambientais? *

Marcar apenas uma oval.

- Nada importante
- Pouco importante
- Importante
- Muito importante

28. Quais são os principais desafios para as articulações?

Liste até 3

Potencialidades das políticas ambientais

29. Há alguma ação que você considere de sucesso e que deveria ser compartilhada, entre as realizações da sua equipe?

Liste as boas praticas, informando seus objetivos e importância

30. Sobre os elementos naturais que compõem o meio ambiente da sua cidade, há algum que se destaca por trazer impactos positivos, ou negativos? Descreva

31. Qual cidade se espera com a execução das políticas ambientais com a qual tem trabalhado? *

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, R.; SCATENA, L. M.; LUZ, M. S. D.. ENVIRONMENTAL PERCEPTION AND PUBLIC POLICIES - DICHOTOMY AND CHALLENGES TO THE DEVELOPMENT OF A SUSTAINABILITY CULTURE. *Ambiente & Sociedade*, v. 20, n. 1, p. 43-64, jan. 2017. <https://doi.org/10.1590/1809-4422ASOC20150004R1V2012017>

ARAÚJO, S. M. V. G. Os fundamentos legais da política nacional do meio ambiente. In: GANEN, R. S. (Org.). *Legislação brasileira sobre meio ambiente: fundamentos constitucionais e legais*. Brasília: Edições Câmara, 2013. v. 1.

ARRETCHE, Marta. Uma contribuição para fazermos avaliação menos ingênuas. In: BARREIRA, Maria Cecília Roxo Nobre & CARVALHO, Maria do Carmo Brant (orgs.). *Tendências e Perspectivas na Avaliação de Políticas e Programas Sociais*. São Paulo: IEE/PUC, 2001.

ASSIS, M. P. DE . et al.. Avaliação de políticas ambientais: desafios e perspectivas. *Saúde e Sociedade*, v. 21, p. 7-20, dez. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/sWWqJT8yxhbJzDdwO6K365c/>

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISA HISTÓRICA E ECONÔMICA. Aspectos históricos e geográficos da industrialização de Santo André. Disponível em: https://www.abphe.org.br/arquivos/2015_josue_catharino_ferreira_-aspectos-historicos-e-geograficos-da-industrializacao-de-santo-andre.pdf

A GLOBALIZAÇÃO DA POLÍTICA AMBIENTAL NO BRASIL. 2016. Disponível em: https://d1wqxts1xzle7.cloudfront.net/51045415/A_globalizacao_da_politica_ambiental_no_Bra20161224-31983-xy45du-libre.pdf

BRASIL. Adapta Brasil, MCTI. Sistema Adapta Brasil. Disponível em: <https://sistema.adaptabrasil.mcti.gov.br/>

BORGES, Wilton; OLIVEIRA, Jelson. *Ética de Gaia: Ensaios de ética Socioambiental*. Paulus Editora. São Paulo, 2008.

CETESB . Políticas Públicas Ambientais, volume I. Escola Superior da CETESB. São Paulo, 2018. Disponível em: <https://cetesb.sp.gov.br/aguasinteriores/wp-content/uploads/sites/33/2018/08/Apostila-Politiclas-Publicas-Ambientais-Volume-I.pdf>

CETESB . Políticas Públicas Ambientais, volume I. Escola Superior da CETESB. São Paulo, 2018. Disponível em: <https://cetesb.sp.gov.br/aguasinteriores/wp-content/uploads/sites/33/2018/08/Apostila-Politiclas-Publicas-Ambientais-Volume-I.pdf>

CIGABC. Plano Regional de Sinalização das APRMs do Grande ABC, Relatório Final. Consórcio Intermunicipal Grande ABC, 2022.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL GRANDE ABC. Municípios consorciados. Disponível em: <https://www.consorcioabc.sp.gov.br/pagina/82/municipios-consorciados/sub-pagina/7/>

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL GRANDE ABC. Planejamento Estratégico Regional 2022-2025. Revista Planejamento Estratégico. Disponível em:

<https://www.consortioabc.sp.gov.br/public/admin/globalarq/uploads/files/Revista%20Planejamento%20Estrat%C3%A9gico.pdf>

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL GRANDE ABC. GT MEIO AMBIENTE. Disponível em: <https://www.consortioabc.sp.gov.br/pagina/87/nucleo-desenvolvimento-urbano-e-gestao-ambiental/sub-pagina/20/>

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL GRANDE ABC. Principais Ações – 1990 a 2022. Santo André, 2023.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL GRANDE ABC. Consórcio ABC fará sinalização para proteção das áreas de mananciais. Consórcio ABC, outubro de 2023. Disponível em: <https://www.consortioabc.sp.gov.br/noticia/print-noticia/5444/consorcio-abc-fara-sinalizacao-para-protecao-das-areas-de-mananciais/>

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL GRANDE ABC. História. Consórcio ABC. Disponível em: <https://www.consortioabc.sp.gov.br/consorcio>

Como surgiu o novo coronavírus? Conheça as teorias mais aceitas sobre sua origem. Portal do Butantan. Disponível em: <https://butantan.gov.br/covid/butantan-tira-duvida/tira-duvida-noticias/como-surgiu-o-novo-coronavirus-conhec-a-as-teorias-mais-aceitas-sobre-sua-origem>

Dambrós, M. M. G., Alves, R. R., & Senna, A. J. T. ENVIRONMENTAL MANAGEMENT IN THE PUBLIC SECTOR: PERCEPTION OF EMPLOYEES OF THE MUNICIPALITY OF SÃO GABRIEL (RS). Revista Eletrônica Em Gestão, Educação E Tecnologia Ambiental, 18(2), 674;689, 2014. <https://doi.org/10.5902/2236117012960>

DIADEMA. Lei Ordinária nº 2597/2007: Dispõe sobre política municipal de gestão ambiental e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sp/d/diadema/lei-ordinaria/2007/260/2597/lei-ordinaria-n-2597-2007-dispoe-sobre-politica-municipal-de-gestao-ambiental-e-da-outras-providencias>

DIADEMA. LEI Nº 4533/2024. Estima a receita e fixa a despesa do Orçamento-Programa para o exercício financeiro de 2025, na forma que especifica. Diadema, 2024. Disponível em: <https://portal.diadema.sp.gov.br/wp-content/uploads/2025/01/LOA-2025-1.pdf>

DIAS, G. F. Eco percepção: um resultado didático dos desafios socioambientais. São Paulo: Gaia, 2004.

DYE, Thomas D. Understanding Public Policy. Englewood Cliffs, N.J.: PrenticeHall. 1984.

FELIX, Thiago. Crise hídrica em SP é pior do que a de 2013, diz professor. CNN, 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/crise-hidrica-em-sp-e-pior-do-que-a-de-2013-diz-professor/#:~:text=O%20principal%20reservat%C3%B3rio%20de%20%C3%A1gua,atingiu%2038%25%20de%20volum%20%C3%BAtil.>

FERNANDES, Alan. O que é a análise do discurso? Como pode ser Usada? E o que a difere de uma análise gramatical?. Roseta. Disponível em: <https://www.roseta.org.br/2020/03/25/o-que-e-analise-do-discurso-como-pode-ser-usada-e-o-que-a-difere-de-uma-analise-gramatical/>

FERRARA, L. D`A. As cidades ilegíveis: percepção ambiental e cidadania. In: DEL RIO, V. ; OLIVEIRA, L. de. (org.). Percepção Ambiental: a experiência brasileira. São Carlos ; SP: UFSCar, 1996. p. 3-22.

FERRARA, L. D`A. Olhar Periférico: informação, linguagem, percepção ambiental. 2. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1999

FERREIRA, Fernanda. ANÁLISE DOS INDICADORES MUNICIPAIS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL UTILIZADOS NO GRANDE ABC. São Caetano do Sul, 2011. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/267967466.pdf>

Fischer, Frank. Beyond Empiricism: Policy Inquiry in Post positivist Perspective. Policy Studies Journal 26 (1998): 129-146. <https://doi.org/10.1111/j.1541-0072.1998.tb01929.x>

FRANZESE, C. ;Capacitar servidores públicos no município;. Em Boletim Dicas nº 226, 2005. Disponível em www.polis.org.br (<https://polis.org.br/publicacoes/capacitar-servidores-publicos-no-municipio/>)

GUIMARÃES, Erika; PELLIN, Angela. Biodiver Cidade, desafios e oportunidades na gestão de áreas protegidas urbanas.

GAGNEBIN. Lembrar escrever esquecer. Cap 4 (Memória, história, testemunho.) São Paulo: Editora 34, 2009

Giovanna dos Santos Bernardino. Terceiras margens da cidade: a experiência do povo de rua.

GRIN, E.; ABRUCIO, F. Governos locais: uma leitura introdutória. Brasília: ENAP, 2019. Cap. 2 e 3. Disponível em <https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/4159>

HOMANS, G. C. ;As pesquisas na Western Eletric;. Em BALCÃO, Y. e CORDEIRO, L. (orgs). ;O comportamento humano na empresa;. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1967.

IBGE. Cidades. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>

Januzzi, P. (2016). Monitoramento e avaliação de programas sociais: uma introdução aos conceitos e técnicas. Campinas: Atomo e Alínea. Capítulo 2.

KOGA, Natália; VIANA, Rafael; CAMÕES, Marizaura; FILGUEIRAS, Fernando. Capacidades do serviço civil na implementação de políticas públicas: resultados de um survey na Administração Federal Brasileira. Livro Teorias e Análises sobre Implementação de Políticas Públicas no Brasil, p. 153-191, ENAP. Brasília, 2019.

KRENAK, Ailton. Ideias para adiar o fim do mundo. São Paulo: Editora: Companhia das Letras, 2019.

MACEDO, Karla Danielle Carneiro. Percepção ambiental dos servidores das instituições públicas do meio ambiente do estado do Ceará. 2017. 58f.- Monografia (Graduação) - Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Curso de Graduação em Biblioteconomia, Fortaleza (CE), 2017.

MACEDO, R. L. G. Percepção e Conscientização Ambientais. Lavras: UFLA/FAEPE, 2000.

MAUÁ. Mauá melhora a pontuação atingida no Programa Município VerdeAzul. Prefeitura de Mauá, abril de 2021. Disponível em: <https://www.maua.sp.gov.br/Not.aspx?NoticiaID=5189>

MAUÁ. LEI Nº 6.230/2024. Dispõe sobre as diretrizes para elaboração da lei orçamentária para o exercício de 2025 do Município de Mauá e dá outras providências. Mauá, 2024. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sp/m/maua/lei-ordinaria/2024/623/6230/lei-ordinaria-n-6230-2024-dispoe-sobre-as-diretrizes-para-elaboracao-da-lei-orcamentaria-para-o-exercicio-de-2025-do-municipio-de-maua-e-da-outras-providencias>

MAUÁ. Lei Ordinária nº 3222/1999: Estabelece diretrizes para o planejamento ambiental do município de Mauá. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sp/m/maua/lei-ordinaria/1999/323/3222/lei-ordinaria-n-3222-1999>

MAUÁ. Legislações Ambientais. Disponível em: <https://www.maua.sp.gov.br/Secretarias/MeioAmbiente/LegislacoesAmbientais.aspx>

MASLOW, A. “Uma teoria da motivação humana”. Em BALCÃO, Y. e CORDEIRO, L. (orgs). “O comportamento humano na empresa”. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1967.

McGREGOR, Douglas. “O lado Humano da Empresa”. Em BALCÃO, Y. e CORDEIRO, L. (orgs). “O comportamento humano na empresa”. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1967

MIRELLE, Beatriz. Rio Grande da Serra terá coleta seletiva de itens recicláveis. Diário do Grande ABC, setembro de 2024. Disponível em: <https://www.dgabc.com.br/Noticia/4162565/rio-grande-da-serra-tera-coleta-seletiva-de-itens-reciclaveis>

MIRELLE, Beatriz. Grande ABC tem 3.031 indígenas. Diário do Grande ABC, agosto de 2023. Disponível em: <https://www.dgabc.com.br/Noticia/4027548/grande-abc-tem-3-031-indigenas>

MIRAFTAB, Faranak. Insurgência, planejamento e a perspectiva de um urbanismo humano.

MOURA, Adriana M. M. de. (Org.). Governança ambiental no Brasil : instituições, atores e políticas públicas. Brasília: Ipea, 2016. p. 13-43

Moura, Adriana Maria Magalhães. Trajetória da política ambiental federal no Brasil. IPEA, Governança ambiental no Brasil : instituições, atores e políticas públicas. Brasília, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9264/1/Trajeto%C3%B3ria%20da%20pol%C3%ADtica%20ambiental.pdf>

Mortes devido à poluição aumentam 14% em dez anos no Brasil. Gov.br, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2019/junho/mortes-devido-a-poluicao-aumentam-14-em-dez-anos-no-brasil>

Temporal devastador no Litoral Norte de SP completa um mês: confira um resumo da tragédia. G1, 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/vale-do-paraiba-regiao/noticia/2023/03/19/temporal-devastador-no-litoral-norte-de-sp-completa-um-mes-confira-um-resumo-da-tragedia.ghtml>

NEXO JORNAL. Ideias, instituições e interesses dos atores na moldagem das políticas públicas. Ponto de Vista, 02 jan. 2023. Disponível em: <https://pp.nexojornal.com.br/ponto-de-vista/2023/01/02/ideias-instituicoes-e-interesses-dos-atores-na-moldagem-das-politicas-publicas>

OKAMOTO, J. Percepção Ambiental e Comportamento. São Paulo: Plêiade, 1996.

Parques de cidades da região metropolitana de São Paulo visitados e resenhados pelo site Áreas Verdes das Cidades. São Paulo, novembro de 2006. Áreas Verdes das Cidades. Disponível em: <https://www.areasverdesdascidades.com.br/2006/11/parques-da-regiao-metropolitana-de-sao.html>

PACHECO, Éser; SILVA, Hilton P. Compromisso Epistemológico do Conceito de Percepção Ambiental. Rio de Janeiro, Departamento de Antropologia, Museu Nacional e Programa EICOS/UFRJ, 2007. Disponível em: . Acesso em: 16 set. 2014.

PENA, Rodolfo. Política ambiental no Brasil. Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/brasil/politica-ambiental-no-brasil.htm>

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio

QUINTAS, J. S. Introdução à Gestão Ambiental Pública. Brasília: Edições IBAMA, 2002.

RIBEIRÃO PIRES. Projeto de Lei Nº014/2024. Dispõe sobre as diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2025 e dá outras providências. Ribeirão Pires, 2024. Disponível em: <https://www.camararp.sp.gov.br/imprensa/transparencia/Projeto-de-Lei-da-LDo/1/0/8232>

RIBEIRÃO PIRES. Lei Ordinária nº 5423/2010: Dispõe sobre o licenciamento e procedimentos ambientais e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sp/r/ribeirao-pires/lei-ordinaria/2010/543/5423/lei-ordinaria-n-5423-2010-dispoe-sobre-o-licenciamento-e-procedimentos-ambientais-e-da-outras-providencias>

RIO GRANDE DA SERRA. LEI Nº 2.584/2024. Dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2025 e dá outras providências. Rio Grande da Serra, 2024. Disponível em: <http://www.riograndedaserra.sp.gov.br/wp-content/uploads/2024/08/Lei-no-2.584-Dispoe-sobre-Diretrizes-Orçamentaria.pdf>

RIO GRANDE DA SERRA. LEI Nº2.606/2024. Estima a receita e fixa a despesa do Município de Rio Grande da Serra para o exercício financeiro de 2025, e dá outras providências. Rio Grande da Serra, 2024. Disponível em: <http://www.riograndedaserra.sp.gov.br/wp-content/uploads/2024/12/Lei-no-2.606-Estima-Receita-e-Fixa-Despesa-Para-o-Exercicio-de-2025.pdf>

RIO GRANDE DA SERRA. Portal da Transparência. Disponível em: <https://gpmodriograndedaserra.presconinformatica.com.br/GPMODRGS/f?p=109:1:4724794321039>

ROCHA, Lucas. Com 9 milhões de mortes em 2019, mundo avança pouco contra poluição, diz estudo. CNN, 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/com-9-milhoes-de-mortes-em-2019-mundo-avanca-pouco-contrapoluicao-diz-estudo/>

ROHDEN, Luiz. O poder da linguagem : a Arte Retórica de Aristóteles. Volume 54 de Coleção Filosofia. Editora EDIPUCRS,1997

RUSSO, Guilherme. Grande ABC tem 60% de área sem vegetação. Diário do Grande ABC, março de 2010. Disponível em: <https://www.dgabc.com.br/Noticia/242137/grande-abc-tem-60-de-area-sem-vegetacao>

Sano, H., & Montenegro Filho, M. J. F. (2013). As técnicas de avaliação da eficiência, eficácia e efetividade na gestão pública e sua relevância para o desenvolvimento social e das ações públicas. Desenvolvimento Em Questão, 11(22), 35;61. <https://doi.org/10.21527/2237-6453.2013.22.35-61>

SANTOS, Ednan. Planos migratórios na Cracolândia de São Paulo na década de 1990.

SANTO ANDRÉ. Resumo Geral da Despesa 2025. Transparência Ativa. Santo André. Disponível em: <https://santoandre.pb.gov.br/transparencia/despesa/>

SANTO ANDRÉ. Lei N° 592/2024. Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município, para o Exercício de 2025 e dá outras providências. Disponível em: <https://getpublic.inf.br/system/publicacao/materia/20241219025635/?link=PMSA>

SANTO ANDRÉ. Relação das Despesas. Santo André, fevereiro de 2025. Disponível em: https://santoandre.obaratec.com.br/ords/stoandre/f?p=839:5:0::NO:5:INSTITUICAO,P5_MES_INICIAL,P5_MES_FINAL,P5_TIPO_DESPESA,P5_COLUNAS,P5_TIPO_RELATORIO,P5_PARAMETRO:1,1,1,O,O;A,1,1

SÃO BERNARDO DO CAMPO. Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções. São Bernardo do Campo, 2025. Disponível em: <https://www.saobernardo.sp.gov.br/documents/640736/1980694/23.+Demonstrativo+da+Despesa+por+%C3%93rg%C3%A3os+e+Fun%C3%A7%C3%B5es/e7828f53-4159-b602-61f4-a6c2103a61b8>

SÃO BERNARDO DO CAMPO. Parques Municipais. São Bernardo do Campo. Disponível em: <https://www.saobernardo.sp.gov.br/web/turismo/natureza-e-parques-municipais#:~:text=PARQUE%20ECOL%C3%93GICO%20IMIGRANTES,Clique%20aqui%20e%20saiba%20mais>

SÃO BERNARDO DO CAMPO. LOA, Lei Orçamentária Anual. São Bernardo do Campo. Disponível em: <https://www.saobernardo.sp.gov.br/web/transparencia/loa>

SÃO CAETANO DO SUL. Gilberto Costa propõe criação da Secretaria de Meio Ambiente em São Caetano. São Caetano do Sul, novembro de 2024. Disponível em: <https://www.camarascs.sp.gov.br/index.php/release/2385-gilberto-costa-propoe-criacao-da-secretaria-de-meio-ambiente-em-sao-caetano>

SÃO CAETANO DO SUL. Secretarias Municipais. Disponível em: <https://www.saocaetanodosul.sp.gov.br/secretariasweb>

SÃO CAETANO DO SUL. Balanços Consolidados 2023. Portal Municipal da Cidadania. São Caetano do Sul, 2023. Disponível em: https://transparencia-saocaetanodosul.smarapd.com.br/#/fixo/contas_publicas/balancos/127844

SÃO CAETANO DO SUL. LOA 2025, Lei Orçamentária Anual. São Caetano do Sul, 2024. Disponível em: <https://www.saocaetanodosul.sp.gov.br/storage/uploads/ok1fVmUe7AzSrrS01m258jopY0hQRweZ3PUAhck9.pdf>

SÃO BERNARDO DO CAMPO. Legislação Ambiental. Disponível em: <https://www.saobernardo.sp.gov.br/web/sma/legislacao-ambiental>

SÃO BERNARDO DO CAMPO. Represa Billings: Nossa Água, Nossa Vida. Disponível em: <https://www.saobernardo.sp.gov.br/web/sma/atlas/represa-billings-nossa-agua-nossa-vida>

SÃO PAULO. PE Serra do Mar. Guia de Áreas Protegidas, SEMIL. Disponível em: <https://guiadeareasprotegidas.sp.gov.br/ap/parque-estadual-serra-do-mar/>

SÃO PAULO. Investimentos na Represa Billings somam R\$ 1,5 bilhão. Disponível em: https://capital.sp.gov.br/web/capela_do_socorro/w/noticias/6466

SÃO PAULO. Rede de Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado de São Paulo. REDEZEE. Disponível em: <https://redezee.datageo.ambiente.sp.gov.br/geonetworkzee/srv/por/catalog.search;jsessionid=446A08B97C4E5D019B813F02C89E8847#/home>

SÃO PAULO. Ambiente Virtual de Análise. REDEZEE. Disponível em: <https://redezee.datageo.ambiente.sp.gov.br/zee/#/>

SEMASA. Parque Natural do Pedroso. Prefeitura de Santo André. Disponível em: <https://portais.santoandre.sp.gov.br/semasa/gestao-ambiental/parque-natural-do-pedroso/>

SEMIL. O Projeto Município VerdeAzul (PMVA). Disponível em: <https://semil.sp.gov.br/verdeazuldigital/o-projeto/>

SEMIL. Histórico de notas do PMVA. Disponível em: <https://semil.sp.gov.br/verdeazuldigital/historico/#somatoria-das-notas>

SEMIL. Pontuações do PMVA. Disponível em: <https://semil.sp.gov.br/verdeazuldigital/pontuacoes/>

SEMIL. Conheça o Programa Município VerdeAzul (PMVA). Disponível em: <https://semil.sp.gov.br/educacaoambiental/2024/08/conheca-sobre-o-programa-municipio-verde-azul-pmva/>

SEMIL. Histórico de notas 2008-2020. Disponível em: <https://smastr16.blob.core.windows.net/municipioverdeazul/sites/244/2021/09/historico-notas-2008-2020.pdf>.

SMVA. Ibirapuera. São Paulo, novembro de 2024. Disponível em: https://capital.sp.gov.br/web/meio_ambiente/w/parques/regiao_sul/14062

Sobre nós. Carta da Terra Internacional. Disponível em: <https://cartadaterrainternacional.org/sobre-nos/>

TUSSINI, Gabriel. O fim da greve de servidores ambientais após 11 meses. Nexo Jornal, agosto de 2024. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/externo/2024/08/13/fim-da-greve-de-servidores-ambientais-acordo-governo>

TUAN, Y. F. Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Trad. de Livia de Oliveira. São Paulo: Eduel, 2012.

UNEP. Causas do COVID-19 incluem ações humanas e degradação ambiental, apontam estudos. ONU, maio de 2020. Disponível em: <https://www.unep.org/pt-br/noticias-e-reportagens/reportagem/causas-do-covid-19-incluem-acoes-humanas-e-de-gradacao-ambiental>

UNEP. Marcos ambientais: Linha do tempo dos 75 anos da ONU. ONU. Disponível em: <https://www.unep.org/pt-br/news-and-stories/story/environmental-moments-un75-timeline>.

VASCO, A. P.; ZAKRZEWSKI, S. B. B. O estado da Arte das Pesquisas sobre Percepção Ambiental no Brasil. Perspectiva, Erechim, v. 34, n. 125, p. 17-25, março/2010.

VAZ, J. C. 'Formação de recursos humanos'. Em PAULICS, V. (org.). '125 Dicas e Ideias para a ação municipal'. São Paulo: Pólis, 2000b. Disponível em <https://polis.org.br/wp-content/uploads/2014/09/00390-125-dicas-idias-para-a-ao-municipalpdf.pdf>

VASCO, Ana Paula; ZAKRZEWSKI, Sônia Beatris Balvedi. O estado da arte das pesquisas sobre percepção ambiental no Brasil. Perspectiva, Erechim, v.34, n.125, p. 17-28, mar. 2010.

VIEIRA, Bárbara. Cantareira volta para estado de alerta com armazenamento abaixo de 40%; especialista diz que 'já estamos em crise'. G1, 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2022/07/02/cantareira-volta-para-estado-de-alerta-com-armazenamento-abaixo-de-40percent-especialista-diz-que-ja-estamos-em-crise.ghtml>

VICK, Mariana. Por que servidores ambientais paralisaram atividades. Nexo Jornal, janeiro de 2024. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2024/01/14/por-que-servidores-ambientais-paralisaram-as-atividades>

Walter Benjamin: Teses Sobre o Conceito de História. In: BENJAMIN, Walter. Obras escolhidas vol. I.

WEBER, M. Economia e Sociedade. Brasília: Editora da UNB, 1999. Capítulo